

Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira*

Dora Rodrigues Hees**

1 — CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

As transformações que se vêm processando na agricultura brasileira, em consequência da maior capitalização de suas atividades, têm repercutido diretamente sobre as relações de trabalho no campo, o que torna a situação dos trabalhadores rurais uma das questões mais importantes no âmbito das atividades agrárias. Este problema é constatado, principalmente, ao se observarem alterações, na primeira metade da década de 70, quer na composição da mão-de-obra rural, quer no grau

de absorção desse contingente de força de trabalho agrícola. A análise dessas questões será desenvolvida nos próximos artigos, que, apesar de abordados de maneira diferente quanto a alguns aspectos metodológicos, têm sua unidade na questão que é focalizada — a mão-de-obra rural. Além disso, esses trabalhos se diferenciam, ainda, por tratarem a situação dos trabalhadores rurais no Brasil, no período intercensitário considerado, em áreas que foram caracterizadas por apresentarem diferentes níveis

* Este artigo constitui a primeira parte de um trabalho mais amplo, que focaliza as transformações da mão-de-obra na agricultura brasileira no período 1970-1975. As outras duas partes serão publicadas em números subsequentes desta Revista.

** Geógrafa da Divisão de Estudos Rurais — IBGE — SUEGE — DEGEO.

de modernização técnica na atividade agropecuária. Essas áreas foram identificadas a partir da seleção de duas variáveis: variação absoluta do valor dos bens em máquinas e instrumentos agrários/ha de estabelecimento e variação absoluta das despesas com insumos modernos/ha de estabelecimento, no período 1970-1975. A consideração desses indicadores, para a diferenciação de áreas, é relevante para análises sobre as relações de trabalho rurais que partem da premissa básica de que as transformações que vêm ocorrendo na agricultura brasileira têm sua origem no processo de expansão do capitalismo no campo e que essas transformações repercutem diretamente sobre a mão-de-obra rural. Nesse sentido, pretende-se verificar as relações existentes entre o grau de modernização da atividade agrícola e as relações de trabalho adotadas no campo.

A combinação dos referidos indicadores de modernização técnica na agricultura, para o conjunto das microrregiões brasileiras, permitiu a discriminação de segmentos espaciais que apresentaram diferentes níveis de modernização. A partir dessa diferenciação regional, quanto à utilização de técnicas modernas na atividade agrícola, delimitaram-se três áreas: áreas modernizadas, áreas medianamente modernizadas e áreas de baixo nível de modernização (Mapa 1).

As microrregiões, onde o processo de incorporação de técnicas modernas à atividade agrícola mostra-se mais intenso, concentram-se basicamente nas Regiões Sudeste e Sul, havendo, entretanto, microrregiões incluídas nesse nível de modernização que se localizam no sul dos Estados de Mato Grosso e Goiás, além de outras que se concentram numa faixa do Nordeste oriental.

Essas áreas mais modernizadas beneficiam-se de um sistema de infra-estrutura viária e de comuni-

cações que propicia maior interação das áreas rurais com os seus centros urbanos dinâmicos. Esses núcleos urbanos constituem-se em importantes mercados consumidores de produtos agropecuários, tanto por sua população, quanto pelas indústrias processadoras de alimentos neles existentes. Esses mercados caracterizam-se por serem exigentes quanto à qualidade dos produtos consumidos e por demandarem uma quantidade crescente desses bens. Em função disso, os produtores seriam levados a uma racionalização maior em seus métodos de cultivo, o que implica a adoção de técnicas modernas na atividade agropecuária. Nesse sentido, a presença de indústrias processadoras de produtos agrícolas nessas áreas repercute na atividade agropecuária, já que, muito frequentemente, as indústrias interferem no próprio processo de produção agrícola, ao imporem aos produtores uma série de exigências quanto ao tipo de produto a ser cultivado, variedade e sistemas de cultivo empregados.

Além dos produtos agropecuários de alto valor comercial, voltados para o mercado interno, adquirem grande importância, nessa área, os produtos que se destinam à exportação, como o café e a soja. Estes, por serem produtos importantes na pauta de exportações, recebem benefícios governamentais que permitem aos produtores desenvolver seus cultivos segundo um alto nível de modernização do processo produtivo. Há ainda a destacar a expressão de determinados cultivos, como o trigo e a cana-de-açúcar, cuja produção vem sendo incentivada a fim de equilibrar a balança comercial. No caso do trigo, há interesse em aumentar sua produção, por ser sua importação um peso na pauta dos produtos importados. Com relação à cana-de-açúcar, o estímulo ao seu cultivo prende-se à necessidade de redução das despesas com a importação de

combustíveis. A expansão dessas lavouras, desenvolvidas segundo um elevado grau de modernização, é mais um fator a contribuir para que essa área se caracterize por incorporar técnicas modernas de modo mais acentuado no contexto da agricultura brasileira.

Outro aspecto que contribui para que os produtores intensifiquem seus métodos de cultivo, visando à obtenção de maior produtividade, é a crescente valorização das terras. Sobretudo as áreas bem dotadas, quanto a um sistema de transportes eficiente, e bem situadas, quanto aos principais centros consumidores, sofrem um intenso processo de valorização da terra.

Além do papel de centros consumidores de produtos agropecuários, os núcleos urbanos importantes exercem também a função de distribuição de bens de origem industrial que se voltam para o desempenho da atividade agrícola. A própria presença no Sudeste e no Sul do Brasil de fábricas produtoras de máquinas e implementos agrícolas, como também de insumos modernos, pode ser um dos fatores a estimular a maior adoção, por parte dos produtores, desses elementos modernizadores. Nessa situação, o sistema de infra-estrutura viária e de comunicações adquire um papel importante no processo de modernização agrícola, ao condicionar a difusão de técnicas modernas e ao propiciar orientação técnica aos produtores rurais.

Quanto às microrregiões que se situaram no nível de modernização intermediário, verifica-se que, ao contrário do que ocorreu com aquelas que apresentaram nível mais elevado de modernização, elas se distribuem por todas as regiões brasileiras, sendo mais concentradas no Nordeste (Mapa 1). É importante, também, a incidência de unidades de observação nessa categoria de modernização na Região

Sudeste. Também no Centro-Oeste, apesar do menor número de microrregiões nesse nível de modernização, a superfície por elas abrangida é bastante significativa.

Englobando porção tão vasta do território brasileiro, este espaço se caracteriza por grandes diferenciações em termos de sua ocupação e de sua organização agrária. Há áreas de ocupação antiga e de ocupação recente, de produção de subsistência e de produção voltada para o mercado interno e externo. Essas áreas vêm sofrendo transformações diversas no âmbito de suas atividades agrárias, em função do processo de expansão do capitalismo no campo.

Foram as áreas novas onde ainda havia terras a serem ocupadas as que sofreram maiores impactos na organização de seu espaço agrário, sobretudo no decorrer da década de 70, em consequência de medidas governamentais implantadas nos anos 60 e início dos anos 70. Tais medidas visavam a incentivar a ocupação de espaços "vazios" e a integração de áreas da pré-Amazônia e da Amazônia ao Centro-Sul do País. Para promover a ocupação dessas áreas de fronteira agrícola, tem sido muito estimulada a instalação de projetos agropecuários que, na verdade, têm como finalidade principal desenvolver a pecuária. Esta tem sido a atividade econômica mais incentivada a ocupar grandes espaços distantes dos mercados consumidores, pelas próprias características da produção, que suporta grandes deslocamentos e, por ser capaz de gerar, num curto período de tempo, um produto final altamente lucrativo em relação aos investimentos realizados.

Na realidade, acentuou-se o deslocamento de pessoas, de diferentes regiões do País e com objetivos diversos, para essas áreas novas que, após a abertura de estradas e a concessão de incentivos fiscais

e creditícios, passaram a exercer atração sobre aqueles que desejavam desenvolver explorações com fins comerciais ou praticar lavouras de subsistência ou, simplesmente, investir na compra de terras. Assim, fazendeiros e pequenos produtores procedentes de diversas regiões do País, e empresários provenientes, principalmente, do Sul e do Sudeste, dirigem-se a essas áreas cuja ocupação vem sendo estimulada.

As regiões de fronteira agrícola, incluídas nessa área de nível intermediário quanto ao processo de modernização, situam-se nos limites da Amazônia Legal, área de atuação da SUDAM, e compreendem microrregiões do norte dos Estados de Mato Grosso e Goiás. Além dessas regiões, há outras que, fora da jurisdição da SUDAM, têm sua ocupação incentivada por organismos e programas de valorização regional, como a SUDECO e o POLOCENTRO.

No Centro-Oeste, a ocupação de novas áreas está muito relacionada à expansão da atividade agropecuária no cerrado. A exploração do cerrado em moldes empresariais, como vem sendo estimulada, contribui para que determinadas microrregiões de Mato Grosso e Goiás apresentem aumento de mecanização e de emprego de insumos modernos, já que, por suas características naturais, os solos de cerrado necessitam, para o seu aproveitamento, de correção e adubação química. Além disso, a topografia plana dos campos cerrados muito favorece a utilização de maquinaria.

As transformações de caráter econômico mais importantes que têm sido observadas nas áreas de ocupação antiga, de agricultura tradicional, dizem respeito a mudanças nos usos da terra. Assim, verificou-se no Nordeste uma tendência expressiva à redução das áreas com lavouras, em função da

expansão da pecuária bovina. Regiões tradicionalmente policultoras, como o Agreste, vêm demonstrando essa tendência à pecuarização. O mesmo observou-se em áreas de importância da agricultura, cujos produtos se voltam, não só para o mercado interno, como também para o externo. Essa é a situação de áreas produtoras de algodão, cana-de-açúcar e cacau, onde se percebe uma retração das superfícies ocupadas com lavouras e uma ampliação dos espaços destinados à pecuária. Este fato está vinculado a políticas de incentivo à pecuária, viabilizadas através de programas da SUDENE, que realiza empréstimos para a instalação de projetos agropecuários. A implantação desses projetos resulta, com frequência, em sérios problemas sociais, principalmente quando se trata de áreas de povoamento antigo, uma vez que proprietários que empregavam grande contingente de trabalhadores rurais, ao substituírem lavouras por pastagens, expulsam de suas terras grande parte dos moradores, que acabam se deslocando para as cidades ou povoados próximos.

Em função de limitações ambientais, a pecuária bovina é a atividade que possui maiores condições de se expandir, já que, por sua natureza, tende a ser menos afetada pelas secas do que as lavouras. Essa tendência à pecuarização de vastas áreas do Nordeste tem contribuído para uma redução do pessoal ocupado nas atividades agrárias, tendo em vista ser esta atividade menos absorvedora de mão-de-obra do que a lavoura. Esta é a situação do Agreste, que vem acusando reduções no seu contingente de trabalhadores rurais e vem revelando expansão da pecuária.

Na medida em que a atividade criatória é estimulada e que projetos agropecuários são implantados, através de financiamentos bancá-

rios, passa a haver uma melhoria do nível técnico empregado nessa atividade. Em função disso é que se verifica nessas áreas de nível intermediário quanto à modernização, paralelamente à tendência à pecuarização, uma incorporação maior de máquinas e insumos modernos no desempenho da pecuária.

Ainda no que diz respeito à classificação das microrregiões brasileiras quanto aos níveis de modernização, destaca-se uma porção do território brasileiro, por se situar no nível mais baixo quanto à incorporação de técnicas modernas à atividade agrícola. As microrregiões incluídas nessa categoria de modernização concentram-se, principalmente, nas Regiões Norte e Nordeste (Mapa 1).

O baixo nível técnico com que se desenvolve a atividade agropecuária na Amazônia é reflexo, não só das características das suas explorações econômicas — pecuária extensiva e extrativismo vegetal —, como também do baixo grau de aproveitamento das terras. Essa subutilização dos estabelecimentos rurais prende-se à tendência de aquisição de terras com fins especulativos que tem-se acentuado, sobretudo, a partir da década de 70. A especulação de terras aumenta após a criação da SUDAM, na década de 60, que vem estimular, através de uma série de medidas governamentais, a intensificação da ocupação da Amazônia. A concessão de créditos e de incentivos fiscais vem incentivar a implantação de projetos agropecuários na área abrangida pela SUDAM. Além disso, o recrudescimento do processo inflacionário contribuiu para que a compra de terras se tornasse uma alternativa segura de investimento de capital. As taxas de juros do crédito rural, abaixo dos ritmos de crescimento da inflação, são vantagens que se apresentam àqueles que visam, na compra de terras, não à sua explo-

ração econômica, mas à constituição de reservas de valor.

O baixo nível de modernização verificado em microrregiões do sertão e do litoral ocidental nordestino, vem demonstrar que essa área tem-se mantido à margem do processo de modernização que se desencadeia no Sudeste e Sul do Brasil e que já atingiu algumas áreas do Nordeste, principalmente a Zona da Mata. Fatores de ordem natural, condicionamentos históricos relativos à sua ocupação, baixa densidade demográfica agravada pela evasão de população rural, são algumas das razões que condicionam uma atividade agropecuária pouco absorvedora de técnicas modernas. A predominância de uma pecuária extensiva, ao lado de uma lavoura fortemente calcada na produção para a subsistência ou voltada para o mercado interno, faz com que essa porção do espaço nordestino se apresente como uma das regiões brasileiras onde a incorporação de técnicas modernas à atividade agrícola se faz de maneira menos intensa.

Além dessa área de nível muito baixo de modernização, há outras microrregiões que se situam nessa mesma categoria e que se distribuem pelo leste goiano, sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais. Há, ainda, ocorrências menos expressivas, em termos espaciais, de microrregiões de baixa modernização no litoral norte paulista e no leste paranaense.

As microrregiões do leste de Goiás, por serem áreas de solos de baixa fertilidade, não exercem atração sobre aqueles que visam à implantação de projetos agropecuários. Além disso, a situação dessas microrregiões, distantes da principal via de penetração, a Belém-Brasília, contribui para que essas áreas se mantenham ainda à margem da recente expansão da pecuária em moldes empresariais que vem-se desencadeando nesse

Estado, sobretudo em áreas de influência mais direta desse eixo rodoviário. Em função dessas características, que envolvem questões do meio físico e locais, essas microrregiões continuam desenvolvendo uma pecuária extensiva, permanecendo, portanto, pouco alteradas pelo processo de modernização que se difunde no setor agrário.

As demais unidades de observação, que se apresentam nesse nível mais baixo de modernização, correspondem a áreas que, por suas condições topográficas de relevo escarpado e de difícil acessibilidade, até recentemente distantes das principais vias modernas de comunicação, permanecem, ainda, pouco afetadas pela modernização que se incorpora às atividades agropecuárias.

A categorização de áreas com a finalidade de se detectar o grau de modernização técnica da atividade agrícola no País, na primeira metade da década de 70, resultou na delimitação de três grandes conjuntos de microrregiões nos quais foram identificadas diferenças significativas na composição da mão-de-obra rural. Nesse sentido, pode-se afirmar que existe uma vinculação entre os níveis de modernização e a composição da mão-de-obra rural, uma vez que se verificam tendências à expansão, manutenção ou redução de determinadas categorias de pessoal ocupado em função dos mencionados níveis de modernização.

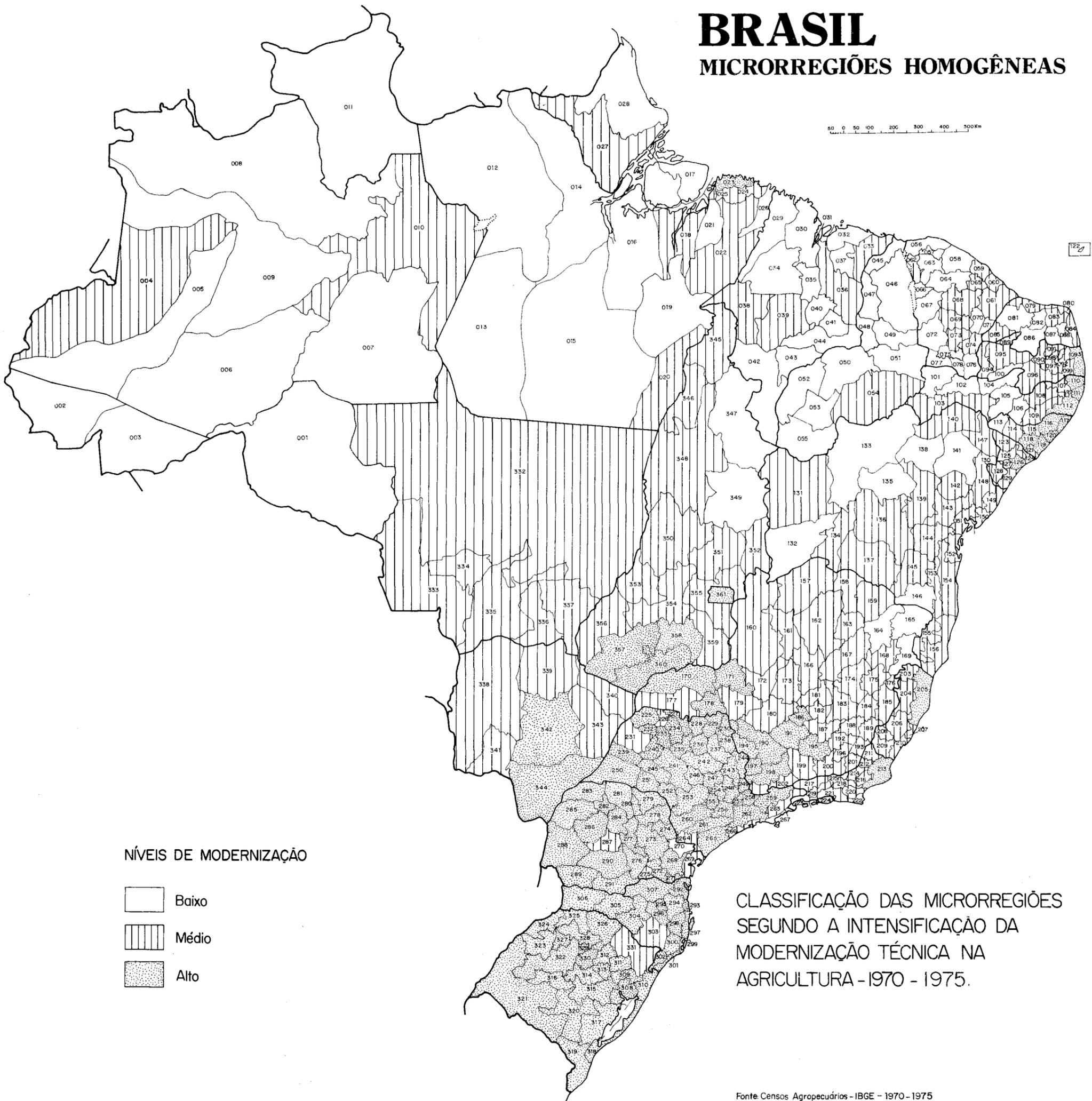
Assim, o crescimento da atividade agrícola, quer pela incorporação de novas áreas, quer pela intensificação de seus métodos de cultivo, através do emprego de técnicas modernas, gera uma série de transformações no âmbito da agropecuária. Dentre elas destacam-se, de modo especial, aquelas relativas à reorganização nas relações de trabalho, não só em função do elevado número de pessoas envolvidas

nessa atividade, como também pelo fato dessas transformações se desencadarem em todo o espaço rural brasileiro.

Na realidade, percebem-se na década de 70, alterações significativas nas categorias de pessoal ocupado, reflexo de políticas e medidas governamentais criadas nos anos 60 visando à expansão da atividade agropecuária. De fato, ao se examinarem alguns indicadores de crescimento da agricultura referente à utilização da terra e à modernização técnica, constatam-se modificações que podem afetar, não só a composição da mão-de-obra, como também o grau de absorção de trabalhadores e o seu nível sócio-econômico. Nesse sentido, na medida em que se verificam retrações nas áreas ocupadas com lavouras em favor da ampliação dos espaços dedicados à pecuária, ocorre uma liberação da mão-de-obra empregada nos estabelecimentos rurais. Da mesma forma, há uma tendência à menor absorção de trabalhadores pelos estabelecimentos rurais quando se altera a base técnica do sistema de produção agrícola. Apesar dessas transformações estarem ocorrendo com frequência no País como um todo, não significa que esteja havendo uma redução do número de trabalhadores, pois, concomitantemente a essas modificações ampliam-se os espaços voltados para o desenvolvimento da atividade agrícola. Assim, ao se analisarem as categorias de pessoal ocupado, segundo os Censos Agropecuários de 1970 e 1975, constata-se significativo aumento no número total de pessoal ocupado no País (15,7%), que foi acompanhado de alterações substanciais no que diz respeito à importância de cada uma das categorias de mão-de-obra. Verificou-se um crescimento expressivo de algumas categorias, como a dos trabalhadores permanentes (34,4%), em trabalho familiar (16,0%) e em

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS



regime temporário (14,0%), ao lado de uma redução das demais (parceiros e "outra condição").

Essas alterações, observadas na composição da mão-de-obra rural, decorrem, entre outros fatores, do fato de estarem ocorrendo vultosos investimentos de capital na agricultura brasileira. Esse fato tem ocasionado, na maior parte das regiões, não só um aumento da expressão de certas categorias de pessoal ocupado, em detrimento de outras, como também uma realocação destas em diferentes áreas do espaço rural brasileiro.

A maior utilização de determinadas categorias de trabalhadores rurais, em prejuízo de outras, relaciona-se, principalmente, à questão da expropriação do trabalhador rural dos seus meios de produção, que é um fator inerente à expansão do capitalismo no campo. Tal situação se deve ao fato de que o capital só se reproduz à custa do trabalho, que necessita, então, ser subjugado. Assim, o trabalhador, separado dos seus instrumentos de trabalho, é obrigado a vender ao capitalista a sua força de trabalho. Essa separação dos trabalhadores dos meios de produção é condição necessária para que estes deixem de trabalhar para si, para fazê-lo apenas para o capitalista. Nesse sentido é que as categorias de empregados assalariados serão as mais adotadas no sistema capitalista, uma vez que elas estabelecem a relação de compra e venda da força de trabalho entre patrão e empregado. Sendo o emprego de trabalhadores assalariados vantajoso para a acumulação de capital, as relações de trabalho que supõem um vínculo do trabalhador rural com a terra apresentam uma tendência a serem substituídas, em muitas áreas, onde o processo de intensificação do capitalismo no campo vem-se dando de forma mais acentuada. Porém, esta questão das relações de trabalho no

campo apresenta-se de maneira bastante complexa e, em determinadas situações, essa tendência para o salariado puro não exclui a possibilidade de que relações de trabalho não assalariadas possam ser compatíveis com a agricultura de caráter empresarial.

A presença mais acentuada de empregados assalariados, permanentes ou temporários, na composição da mão-de-obra rural, em determinadas áreas do País, pode ser considerada um indicador de um maior desenvolvimento do processo de produção capitalista na agricultura, na medida em que a expansão do capitalismo, objetivando maior lucratividade, tende à separação dos trabalhadores dos meios de produção, sobretudo da terra, e à sua reabsorção sob o sistema de assalariamento.

Ao se considerar a posição que os empregados permanentes ocupam na agricultura brasileira, verifica-se que esse contingente de trabalhadores apresenta menor importância do que o de pessoal ocupado em regime de trabalho temporário. Tem-se constatado, também, no Brasil que os empregados permanentes tendem, de modo geral, a se concentrar nos maiores estabelecimentos agrícolas, onde é crescente a sua utilização. São de fato as maiores unidades produtivas as que têm melhores condições de manter, em caráter permanente, um número maior de empregados assalariados. A utilização desses trabalhadores se dá tanto em explorações de cunho tradicional, quer se dediquem à lavoura, quer à pecuária, quanto naquelas onde o processo de produção agrícola se caracteriza por uma maior modernização tecnológica.

Naturalmente, a adoção de determinadas relações de trabalho, além de se vincular com o tipo de atividade econômica dos estabelecimentos rurais, relaciona-se, tam-

bém, com a localização dos empreendimentos agropecuários, com a sua dimensão e volume de capital investido. Assim, nas áreas rurais, onde a atividade agropecuária se transformou num empreendimento capitalista, as relações de produção tendem para o salariado puro, por ser esta a que melhor se coaduna com o caráter do processo de produção agrícola empresarial, que, devido ao elevado grau de capitalização de suas atividades, vai exigir um retorno mais rápido do capital investido. A fim de diminuir os custos de sua produção, o empresário rural tende a manter em seus estabelecimentos apenas um número mínimo de empregados em trabalho permanente, que se restringe àquela mão-de-obra de mais alta qualificação (tratoristas, contadores, etc.). Para tanto, faz-se necessária uma modernização mais intensa das diferentes etapas da produção agrícola, através da intensificação do emprego de insumos e máquinas. Em decorrência disto, verifica-se nesses estabelecimentos uma absorção maior de mão-de-obra especializada, concomitantemente com uma liberação do contingente de força de trabalho não qualificada.

Esses trabalhadores expulsos, em sua maioria moradores, agregados, parceiros, arrendatários, passam a ser reintegrados pelas empresas agrícolas capitalistas na condição de trabalhadores assalariados temporários. A especificidade do processo de trabalho agrícola, impedindo a mecanização homogênea de todas as suas fases, origina fortes oscilações nas demandas de trabalho. Assim, grande parte desse segmento da população, permanecendo na zona rural, irá constituir um contingente de mão-de-obra em constante disponibilidade, que só será utilizado para suprir a demanda diferenciada de força de trabalho, que varia em função dos calendários agrícolas dos diversos

produtos cultivados nas diferentes regiões do País. Outra parte desse segmento da população dirige-se para as cidades, onde, integrando-se ao contingente de força de trabalho urbano, irá se somar ao grupo de desempregados e subempregados.

Em áreas onde as empresas capitalistas não absorveram a totalidade das unidades produtivas voltadas para a subsistência, boa parte de seu contingente de trabalhadores assalariados temporários é constituída por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros que, impossibilitados de garantir sua sobrevivência, unicamente pelo produto de seu trabalho em seus lotes de terras, vêem-se na contingência de se assalariarem em determinados períodos do ano.

O fato das empresas agrícolas lançarem mão de trabalhadores assalariados temporários nos períodos de maior demanda de força de trabalho não significa uma exclusão de relações de trabalho não tipicamente capitalistas. A compatibilidade entre as formas de relações de trabalho capitalistas e aquelas que supõem uma ligação da mão-de-obra com os meios de produção, ocorre de modos diversos e varia segundo o tipo de atividade produtiva desenvolvida pelos empreendimentos agropecuários, como também em função das características do espaço rural em que se localizam essas empresas.

Parceria e agregância são formas de relações de trabalho não capitalistas que se articulam, de forma subordinada, às relações de produção capitalistas de assalariamento e que são comumente utilizadas pelos empresários rurais. Nessas condições, o parceiro se insere no sistema produtivo. Não possuindo capital suficiente para realizar sua exploração, não dispõe, efetivamente, do controle e direção desse processo. Essa ausência de autonomia torna vantajoso, em muitas situa-

ções, o emprego dessa categoria de mão-de-obra. Isto se deve ao fato de que a parceria possibilita não só uma diminuição dos custos da produção, através de um aumento de produtividade decorrente do caráter "societário", inerente a esta relação de produção, mas, também, permite uma "socialização" dos custos e perdas do empreendimento agrícola.

Os agregados e moradores que se incluem na categoria que o Censo Agropecuário denomina "outra condição" têm participação bastante reduzida no total da força de trabalho agrícola. Sua permanência se justifica, sobretudo em áreas que se mantêm à margem do processo de modernização da atividade agropecuária ou, mesmo, no interior de empreendimentos rurais capitalistas que possuem uma extensão de suas terras como reserva de valor. Por serem as dimensões desses estabelecimentos superiores à capacidade de expansão de suas atividades produtivas, os agregados e os moradores são mantidos pelos grandes proprietários, não só como força de trabalho subsidiária, mas, também, como forma de preservar a totalidade de suas áreas, ao se fixarem, com tal objetivo, nos limites dessas unidades de produção.

Apesar de a utilização dessas relações de trabalho não assalariadas serem compatíveis com formas de produção agrícola de natureza capitalista, considera-se que a maior participação de parceiros, agregados e moradores, assim como de trabalhadores em regime familiar, no conjunto da força de trabalho, denotaria um menor desenvolvimento das forças produtivas na atividade agrícola. Nas áreas onde se verifica tal situação, a

subordinação da produção ao capital não estaria se realizando através da aplicação direta de investimentos na própria atividade agrícola, mas pelo capital comercial.

Essa situação é freqüentemente observada no caso da mão-de-obra familiar cujos estabelecimentos se diferenciam quanto às formas de organização da produção, não só em função das características das regiões nas quais estes se distribuem, mas, também, pela própria natureza da vinculação dessas unidades com a produção capitalista. A própria lógica do sistema capitalista leva a que esses estabelecimentos se vinculem com as grandes unidades de produção de formas variadas, de acordo com os objetivos da acumulação de capital.

Pode-se distinguir basicamente "três formas de articulação entre a pequena produção na agricultura e a produção capitalista. Na primeira, a pequena produção constitui para o resto da economia um reservatório de produção de subsistência e de mão-de-obra; na segunda, constitui um reservatório de terras; na terceira, a pequena produção não é mais um "reservatório de recursos", mas a sua vinculação com a produção capitalista é direta, é parte integrante dela"¹.

Como reservatório de produção de subsistência e de mão-de-obra estão incluídas as pequenas unidades de produção de subsistência e/ou de pequena pecuária, que, além de responsável pela produção de 50% dos alimentos consumidos nos centros urbanos, contribuem, também, para a manutenção do baixo nível de remuneração da mão-de-obra assalariada para o País como um todo, em função do custo reduzido da produção de ali-

¹ Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979.

mentos e, portanto, da reprodução da mão-de-obra².

A mão-de-obra familiar, realizando uma produção de subsistência e se constituindo em reserva de força de trabalho, está, muitas vezes, alocada no interior dos grandes estabelecimentos. Sendo assim, é comum verificar-se certas combinações de relações de trabalho que variam de acordo com as fases do calendário agrícola. Um parceiro pode se tornar, num determinado momento, um trabalhador assalariado, ao realizar tarefas não discriminadas em seu contrato de parceria.

Outra forma de articulação, a de reservatório de terras, ocorre nas regiões de fronteira agrícola, onde as áreas ocupadas pelos posseiros podem representar disponibilidade de terras para a expansão dos grandes empreendimentos agropecuários. Além disso, a partir do momento em que esses grandes empreendimentos agropecuários se instalam nessas áreas, a presença de posseiros passa a significar disponibilidade de mão-de-obra e de produtos para a subsistência.

A pequena produção articula-se, também, com o sistema de produção dominante através de uma subordinação indireta que se dá via comercialização, financiamento e assistência técnica. Nessas condições, o pequeno estabelecimento perde suas características de produtor de gêneros para subsistência, pois, estando essas unidades produtivas subordinadas às exigências da produção industrial, passam a cultivar em escala crescente os produtos por ela exigidos. Dessa forma, a pequena produção estando subordinada à indústria, que se apropria do processo de trabalho e de produção, tem reduzida a sua autonomia como unidade de produção familiar, uma vez que as especificações técnicas são determi-

nadas pelas empresas industriais e o produto cultivado a ela se destina integralmente.

Apesar de todos esses problemas que afetam a pequena produção agrícola no Brasil, observa-se que o total de pessoas ocupadas em regime de trabalho familiar no País tem acusado crescimento. Isto significa que, se, por um lado, a pequena produção se restringe, em consequência de um processo de concentração fundiária que se dá de forma mais acentuada em certas regiões, por outro, ela ainda encontra condições de se expandir, onde haja relativa disponibilidade de terras, ou onde sua presença se faça necessária aos interesses econômicos dominantes.

As questões aqui levantadas a respeito da situação da mão-de-obra rural no Brasil, no período de 1970 a 1975, em face do processo de modernização que se expande na agricultura brasileira, serão retomadas nos capítulos que se seguem. Dessa forma, poderão ser mais bem percebidas certas tendências que se delineiam no âmbito das atividades agrárias no que diz respeito às relações de trabalho. Em linhas gerais, o que tem se verificado é que a modernização que atinge o campo se faz de maneira diferenciada, ao longo do espaço rural brasileiro: atinge especialmente certas áreas, determinados produtos (sobretudo aqueles voltados para a exportação), algumas classes de estabelecimentos, algumas categorias de produtores rurais e se dá no sentido de preservar a propriedade fundiária.

É ainda importante ressaltar que, apesar de se ter como tendência expressiva o aumento dos empregados assalariados na atividade agrícola, ocorre a preservação de relações de trabalho de natureza não tipicamente capitalista quando essa relação de produção for con-

² SILVA, José Graziano da. A porteira está fechando? — *Ensaios de Opiniões*, vol. 11, 1979.

veniente ao processo de acumulação de capital.

Essas especificidades que envolvem o processo de capitalização da agricultura brasileira serão aprofundadas nos capítulos onde os autores procuram mostrar como as transformações do pessoal ocupado se dão de forma diferenciada nas diversas regiões do País, em função das características do processo de produção agrícola.

2 — ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM ÁREAS DE NÍVEL MAIS ELEVADO DE MODERNIZAÇÃO

As transformações técnicas que vêm ocorrendo no processo de produção agrícola têm afetado as características da distribuição do pessoal ocupado nas atividades agrárias. A intensificação da mecanização das tarefas agrícolas tem contribuído para conferir ao emprego da mão-de-obra rural um caráter eminentemente sazonal, ao mesmo tempo em que pode vir a afetar, também, as características da estrutura fundiária, uma vez que alterações técnicas incorrem, muitas vezes, em modificações na distribuição dos estabelecimentos, segundo as diversas classes de área.

Além da introdução de novas técnicas que podem alterar a escala de exploração, também as mudanças no uso da terra, tanto no que diz respeito à substituição da atividade de lavoura pela pecuária, quanto a alterações dos próprios produtos cultivados, podem contribuir para uma reorganização da estrutura fundiária. Tal situação

ocorre em função de que certas atividades não são, por exemplo, compatíveis com pequenas unidades de produção. Essas transformações podem repercutir sobre as características dos produtores rurais, já que ao ocorrer uma redução do número dos pequenos estabelecimentos pode se dar a eliminação dos produtores, parceiros e ocupantes, que são aqueles aos quais, mais freqüentemente, se associam as pequenas unidades de exploração.

Com efeito, verificam-se nas áreas que se destacaram pelas maiores variações positivas dos fatores considerados indicativos de um grau mais elevado de modernização na atividade agrícola³ alterações nas características da mão-de-obra rural, que se diferenciam de acordo com as peculiaridades do espaço rural, isto é, de como esses fatores considerados se inter-relacionam nas diferentes áreas (Mapa 2).

Desta forma, a região que abrange as microrregiões que alcançaram os maiores níveis de modernização na atividade agrícola engloba áreas que muito se diferenciam, quanto às variações no total de pessoal ocupado nas atividades agrárias, uma vez que algumas se destacam por uma forte redução do número de trabalhadores e outras por um crescimento acentuado de sua força de trabalho. Isto equivale a dizer que às maiores incorporações de técnicas modernas não correspondem semelhantes variações absolutas no total de pessoal ocupado. Exemplos de situações que expressam contrastes marcantes encontram-se no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde se verificaram, na maior parte das microrregiões, posições extremas quanto ao crescimento do pessoal ocupado em atividades

³ As variáveis escolhidas para a caracterização de níveis de modernização na atividade agrícola foram: valor dos bens em máquinas e instrumentos agrários/ha de estabelecimento e valor das despesas com insumos modernos/ha de estabelecimento.

agrárias. Enquanto no Rio Grande do Sul deu-se um crescimento grande do contingente de pessoal ocupado, em São Paulo, na maioria das unidades de observação, verificou-se uma redução desse total⁴. Essa situação pode refletir as diferenças existentes no processo de produção agrícola dessas áreas. O Rio Grande do Sul, por estar em fase de expansão de sua lavoura em áreas tradicionalmente pecuaristas, principalmente no que diz respeito àqueles produtos altamente valorizados no mercado, estaria, em função disso, apresentando maior emprego de mão-de-obra na atividade agrícola⁵. Por outro lado, o nível de modernização atingido por São Paulo e alterações verificadas na natureza dos cultivos como, por exemplo, a substituição do café por cultivos temporários, estariam contribuindo para a redução do pessoal envolvido nas atividades agrárias.

Cabe observar que, para o conjunto de microrregiões que englobam essa área de nível mais elevado, quanto ao emprego de técnicas modernas na agricultura, ocorreu uma expansão do número de trabalhadores da ordem de 9,5%.

Quando se analisam as situações das diversas categorias de pessoal ocupado nas áreas que alcançaram os níveis mais elevados quanto à adoção de técnicas modernas na agricultura, verifica-se que é a mão-de-obra familiar a que engloba o maior contingente de pessoal ocupado tanto em 1970, quanto em 1975, uma vez que participava, respectivamente, com 78,0% e 76,0% desse total. Apesar da menor porcentagem em 1975, as variações absolutas e relativas, no

período de 1970 a 1975, indicam que a mão-de-obra familiar, apesar de não ser a categoria que se apresenta em maior expansão, continua a crescer, o que revela sua importante função para o processo de acumulação de capital. Essa categoria de mão-de-obra que se vincula, sobretudo às pequenas explorações⁶, articula-se com o sistema de produção dominante, através de uma subordinação indireta, que pode se dar via comercialização, financiamento e assistência técnica à produção agrícola. Nesse sentido, o movimento de acumulação de capital estaria se processando, menos através da expropriação do produtor direto e introdução de relações de trabalho assalariadas, do que através da subordinação da pequena produção, ou seja, da manutenção de um processo de trabalho não capitalista. Assim sendo, o pequeno produtor passa a produzir não mais para a sua subsistência, mas para atender às necessidades das indústrias que, ao imporem uma série de exigências técnicas ao sistema de cultivo dos produtos industriais, descaracterizam-no como produtor autônomo.

Além do trabalho familiar, destacou-se, nessa região, a importância das formas de trabalho assalariadas que passaram a adquirir maior expressão no período considerado. Essa modalidade de mão-de-obra associa-se aos níveis mais elevados de emprego de técnicas modernas na agricultura verificados nessa área, uma vez que, a partir do momento em que a agricultura se torna um empreendimento capitalista, são privilegiadas as relações de trabalho assalariadas.

⁴ As variações relativas do total de pessoal ocupado, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, no período de 1970-1975, foram da ordem de -3,9% e de 30,9%, respectivamente.

⁵ Para se ter uma idéia da expansão da lavoura nesse Estado, a soja, produto altamente valorizado no mercado internacional, teve uma expansão de sua área de 1.595.846ha, no período de 1970-1975, o que correspondeu a um crescimento de quase 100%.

⁶ Nessa área, os estabelecimentos com menos de 100ha representam 93,0% do total de estabelecimentos.

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

50 0 50 100 200 300 400 500km



Na categoria de assalariados, destaca-se a dos empregados permanentes, como aquela que se situa, em termos do número de pessoas envolvidas, em posição que se segue em importância à do trabalho familiar. Em termos de crescimento, foi a modalidade de trabalho que apresentou maior variação relativa, que atingiu a 30,0%. Já os assalariados temporários, além de se constituírem num menor contingente de trabalhadores, apresentaram crescimento inferior ao dos permanentes, uma vez que a variação relativa se situou em 13,8%. Em termos absolutos, porém, essas variações correspondem a incorporações significativas de trabalhadores: os empregados permanentes e temporários acusaram, respectivamente, aumentos de 211.014 e 80.871 trabalhadores.

Quanto à participação de ambas as categorias no total do pessoal ocupado em 1970 e em 1975, verifica-se que, em 1975, os empregados permanentes e temporários alcançaram índices de participações mais elevados, o que não se verificou com as demais categorias que apresentaram índices inferiores aos de 1970. Nesse sentido, os empregados parceiros e aqueles incluídos na categoria "outra condição", que possuem expressão bastante reduzida no conjunto da força de trabalho, tiveram, nesse período, reduções no total de seus contingentes.

O aumento dos empregados assalariados, que foi a principal transformação nas características da composição da mão-de-obra, no período de 1970 a 1975, relaciona-se ao processo de expansão do capitalismo no campo, que tem afetado, entre outros aspectos, o arranjo da estrutura fundiária e as características dos próprios produtores rurais dessa área. Assim, verificou-se uma redução do número total de estabelecimentos ru-

rais, enquanto se processava uma expansão da área abrangida por estas unidades produtivas, o que resultou num aumento médio dos estabelecimentos. Essa concentração de terras processou-se, de forma acentuada, nesse período de apenas cinco anos, através da redução do número e da área das unidades produtivas com menos de 100ha, enquanto aquelas com 100ha a 1.000ha se expandiam. Apesar de se verificar uma certa estabilidade quanto ao número dos maiores estabelecimentos rurais, ou seja, aqueles com 5.000ha e mais, percebe-se uma redução de suas áreas, expressando uma diminuição do tamanho médio desses estabelecimentos rurais.

O decréscimo do número total de estabelecimentos, levando a uma redução do número de produtores, afetou, principalmente, as formas indiretas de exploração, isto é, a parceria e o arrendamento.

No que diz respeito às áreas exploradas pelas diferentes condições de produtores rurais, destaca-se a superioridade daquelas em poder de proprietários, em relação às dos demais, acrescida ao fato de ser esta a única categoria a se apresentar em crescimento.

As transformações ocorridas na malha fundiária, bem como nas características dos produtores rurais, são reflexos da expansão de capital que vem se processando nas atividades agrícolas e que tem uma repercussão direta sobre as formas de relações de trabalho no meio rural. Sendo a área em análise a que mais se destacou das demais áreas do País pelas maiores incorporações de máquinas e insumos modernos no processo de produção agrícola, as principais alterações que se verificaram na composição da mão-de-obra deram-se no sentido da maior utilização de empregados assalariados. A atividade agrícola, ao se tornar um empreendimento capitalista, reduz o

número de trabalhadores residentes nos estabelecimentos, pois, desta forma, os trabalhadores separados dos meios de produção, deixam de trabalhar para si, trabalhando somente para o detentor dos meios de produção. Assim, os empregadores restringem o número de pessoas residentes nos estabelecimentos, contratando assalariados permanentes, em geral para tarefas mais especializadas (manuseio de máquinas, administração dos estabelecimentos, etc.), e assalariados temporários, para as diversas fainas agrícolas. Entretanto, formas de relações de trabalho não assalariadas são muitas vezes utilizadas, paralelamente às assalariadas, nos casos em que tal sistema represente vantagens econômicas para o empresário agrícola.

A caracterização de áreas segundo as alterações verificadas nas categorias da mão-de-obra rural possibilitou a discriminação de segmentos espaciais que se diferenciaram, quer pelo incremento da participação de uma categoria em relação às demais, ou por seu decréscimo, quer por apresentarem uma situação de relativa estabilidade quanto à posição das microrregiões em 1970 e em 1975, quanto à composição do pessoal ocupado nas atividades agrárias⁷.

Assim, destacaram-se, quer pelo aspecto de contigüidade, bem como pela frequência da ocorrência, áreas que se caracterizaram principalmente pela perda de importância do trabalho familiar, por uma situação de relativa estabilidade quanto à composição da mão-de-obra, pela expansão do trabalho assalariado, pelo crescimento do trabalho familiar ou por reduções na expressão de certas categorias, como a parceria e o trabalho tem-

porário, que serão a seguir consideradas (Mapa 2).

2.1 — Redução da importância do trabalho familiar

O Censo considera como membros não remunerados da família do responsável “os componentes do grupo familiar que o ajudavam efetivamente nos trabalhos agropecuários sem receber qualquer espécie de pagamento”. Como a denominação “responsável” pelos estabelecimentos rurais refere-se a diversas condições de produtores — proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes —, percebe-se que os dados relativos ao contingente de mão-de-obra familiar escondem diferentes tipos de trabalho familiar e diferentes formas através das quais este se insere no sistema produtivo.

Quando se analisa a composição da mão-de-obra nos anos de 1970 a 1975, percebe-se que, em algumas áreas, o fato mais marcante se constituiu na redução do trabalho familiar, enquanto outras categorias se afiguram com maior expressão. Assim, destacam-se principalmente uma extensa área que abrange a grande maioria das microrregiões do Paraná, com forte predominância em sua metade ocidental, algumas microrregiões do sudoeste, norte e leste, além de áreas situadas na parte meridional de Mato Grosso do Sul. Ocorrências isoladas foram verificadas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (Mapa 2).

Nesse quadro, onde se tem como principal traço a perda de importância relativa do trabalho familiar, esboçam-se tendências diversas quanto às relações de trabalho, em função de diferenciações regionais derivadas da influência de

⁷ Essa caracterização de áreas pôde ser efetuada, a partir da comparação entre as posições das diversas categorias de pessoal ocupado na atividade agrícola, em 1970 e em 1975. Esse procedimento permitiu a identificação das diferentes alterações na composição da mão-de-obra rural nas microrregiões em estudo.

diversos fatores que atuam sobre a atividade agrícola. As principais variações que ocorreram aliadas à queda da participação do trabalho familiar foram o aumento da participação do trabalho temporário, do permanente, da parceria, e, num menor número de microrregiões, a situação de relativa estabilidade quanto à composição da mão-de-obra rural.

A perda de importância do trabalho familiar, que se processa, paralelamente, à crescente expansão das categorias de empregados assalariados, reflete mudanças que se desencadeiam no caráter da atividade agrícola desse espaço rural, que se expressam pela tendência ao privilégio de relações de trabalho de caráter mais tipicamente capitalista. Assim, observa-se que nessa área um dos fatores importantes, responsável pela menor participação do contingente de pessoal ocupado em regime de trabalho familiar, é o processo de concentração fundiária. Tal processo, ao eliminar os estabelecimentos de menores dimensões, ou seja, aqueles com área inferior a 100 ha, onde mais se concentram as unidades de exploração de tipo familiar, concorreria para a redução desse segmento de força de trabalho. Ao mesmo tempo, a tendência à expansão das unidades produtivas com dimensões que variam de 100 a 5.000 ha e mais reflete uma modificação nas características da estrutura fundiária, que se orienta para uma distribuição de estabelecimentos de maior tamanho médio.

Apesar dessa tendência marcante de redução do número de estabelecimentos pequenos, verificaram-se algumas exceções, tais como as situações das Microrregiões Extremo Oeste Paranaense (n.º

288) e Alto Ivaí (n.º 277), que apresentaram crescimento do número e área das menores unidades de exploração⁸. Essa expansão de pequenos estabelecimentos relaciona-se ao padrão colonial de sua ocupação, que, no caso da Extremo Oeste Paranaense, realizou-se mais recentemente. É a partir da década de 60 que essa microrregião passa a ser efetivamente incorporada aos mercados do Sul e Sudeste, quando se observa grande expansão da área de produtos alimentares e industriais. Também na Microrregião Alto Ivaí observou-se uma incorporação acentuada de áreas cultivadas, o que se deve a um processo recente de reativação em sua ocupação, incentivada pela solicitação desses mercados⁹.

Na realidade, o que se observou como tendência mais acentuada em toda essa área onde o trabalho familiar vem perdendo importância, em termos relativos, foi o crescimento da participação de empregados temporários, que se verificou, sobretudo, num número expressivo de microrregiões do Paraná e São Paulo, e em algumas microrregiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Mapa 2). Sabendo-se que o desenvolvimento das forças produtivas se dá com a crescente expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, essa maior participação de empregados assalariados temporários pode significar que nessas áreas, cada vez mais, o capital vem dominar o processo de produção agrícola. Nesse sentido, vários fatores podem contribuir para que essa forma de relação de produção ganhe importância no desenvolvimento da atividade agrícola. A maior utilização de máquinas, insumos e técnicas modernas nas diferentes etapas do

⁸ Nas Microrregiões Extremo Oeste Paranaense e Alto Ivaí verificaram-se variações relativas no número de estabelecimentos com área inferior a 20 ha, no período de 1970-1975 da ordem de 14,5% e 29,0%, respectivamente.

⁹ Nessa Microrregião o aumento da área cultivada foi de 32%.

processo de trabalho agrícola vem acentuar o caráter sazonal do emprego de mão-de-obra rural. Assim, se por um lado a utilização de inseticidas (herbicidas) gera uma redução de trabalhadores que se ocupariam das carpas, por outro, o emprego de insumos, elevando a fertilidade do solo, pode aumentar a demanda por força de trabalho na época da colheita. Em função dessa maior periodicidade da demanda de força de trabalho, tornam-se os empregados assalariados temporários aqueles que melhor atendem às necessidades de mão-de-obra dos estabelecimentos rurais.

Também a categoria de empregados assalariados permanentes apresentou, em muitas áreas, tendência à expansão, paralelamente à redução do trabalho familiar (Mapa 2). Quando se observam, entretanto, as variações absolutas e relativas desse contingente de mão-de-obra rural nas diversas microrregiões que se caracterizaram por essa tendência, quanto às alterações nas relações de trabalho, percebe-se que, em algumas delas, deu-se redução desse contingente de pessoal ocupado, enquanto noutras se verificou crescimento significativo (Tabela 1). Essas diferentes situações relacionam-se às variações no total de pessoal ocupado. Se se verifica uma redução da mão-de-obra rural como um todo, a categoria de empregados permanentes, mesmo tendo sofrido um decréscimo, pôde, em 1975, alcançar maiores participações no conjunto da força de trabalho.

Em São Paulo verificou-se que, de modo geral, nessa área onde a mão-de-obra familiar vem perdendo expressão, em relação às demais categorias de pessoal ocupado na agricultura, a categoria de empregados permanentes acusou redução

ou manteve-se estável, na maioria dos casos, apresentando crescimento significativo apenas na Grande São Paulo¹⁰. Nessa Unidade da Federação a redução no total de pessoal ocupado na agricultura, no período de 1970 a 1975, conforme já foi observado, tanto se deve ao nível de modernização por ela atingido, quanto à substituição de cultivos. Entre eles situa-se o café, produto que muito solicitava mão-de-obra e que se viu preterido, em muitas áreas, por certos cultivos temporários mais valorizados no mercado e, também, pela pecuária. Por essas razões, a categoria de empregados permanentes também apresentou uma redução nesse intervalo de tempo, mas, num contexto em que se deu, em geral, uma diminuição do contingente de trabalhadores rurais, essa categoria foi a que adquiriu maior expressão, no período de 1970 a 1975, ao mesmo tempo em que decrescia o trabalho familiar.

Microrregiões do Paraná que também se caracterizaram por maiores participações na categoria de pessoal ocupado em trabalho permanente revelaram, entretanto, situações contrastantes com relação às variações dessa categoria de pessoal ocupado. Enquanto na de Norte Novíssimo de Paranavaí (n.º 283) a categoria de empregados permanentes apresentou um crescimento de 49%, na de Norte Novo de Londrina (n.º 281) ocorreu uma redução desse contingente, da ordem de 31% no período em questão. Tais variações fazem-se acompanhar, respectivamente, de fortes reduções e de elevados crescimentos das áreas utilizadas com lavouras temporárias, nessas áreas que se caracterizam pela importância da atividade de lavoura. A incorporação de áreas à superfície utilizada com cultivos temporários

¹⁰ Nessa Microrregião a variação relativa do total de empregados em trabalho permanente foi de 14,6%.

na região de Londrina está relacionada à erradicação dos cafeeiros que aí se processou. A menor absorção de pessoas ocupadas em trabalho permanente verificada em Londrina associa-se à substituição de uma lavoura permanente, o café, por produtos anuais, como o trigo e a soja. Tal situação decorre do fato de que, enquanto o café se notabiliza por demandar um número significativo de trabalhadores permanentes para tratos do cafezal e, sobretudo, para a colheita, esses cultivos temporários, além de não possuírem essa característica, têm incorporado técnicas modernas nas suas diversas fases de cultivo, o que resulta num menor emprego de mão-de-obra em caráter permanente.

Na Microrregião Norte Novíssimo de Paranaíba (n.º 283) a situação que se apresenta é oposta. Verifica-se uma expansão do trabalho permanente, ao mesmo tempo em que ocorre uma redução das áreas em lavouras temporária e permanente¹¹. O que se percebe é que a atividade de pecuária é a que se expande, uma vez que as áreas em pastos naturais e artificiais foram os usos da terra a apresentarem crescimento¹². Tal alteração parece ser responsável pela maior expansão dos assalariados permanentes e também pela redução do total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas.

O prolongamento dessa área onde se concentram os níveis mais elevados quanto ao emprego de máquinas e insumos modernos na agricultura, em direção ao centro-

oeste, revela-se, em Mato Grosso do Sul, numa área que se caracteriza também pela redução de importância do trabalho familiar com tendência à expansão dos empregados assalariados permanentes, constituída pelas Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados (n.º 344) e Pastoril de Campo Grande (n.º 342) (Mapa 2). Nessas áreas dá-se, a partir da década de 70, a expansão da atividade agrícola em áreas de cerrado e de campo limpo, que, até então, eram basicamente voltadas para a pecuária. A conquista dessas áreas para a prática da lavoura tornou-se viável, mediante a utilização maciça de máquinas e de insumos modernos. Essa inovação vai se refletir nos dados de 1975, que acusaram uma superioridade das áreas em lavoura temporária, em relação às de 1970. Como esses cultivos temporários são realizados, muitas vezes, em áreas que se destinam à formação de pastagens, estas também apresentaram crescimento no período considerado. Além disso, as lavouras permanentes, sendo o café o seu principal representante, expandem-se nessa região de Mato Grosso do Sul¹³.

Entretanto, a análise das variações do total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas nessas duas microrregiões revelam, para o período de 1970 a 1975, diferentes situações quanto à absorção da mão-de-obra rural. Embora se trate de área onde a lavoura se constitui numa atividade importante, o que se pode constatar pelo elevado valor de sua produção¹⁴, verifi-

¹¹ Enquanto o contingente de trabalhadores permanentes apresentou um crescimento de 86,0%, as áreas em lavouras permanente e temporária sofreram reduções de -13,0% e -45,6%, respectivamente.

¹² A área em pastagem natural sofreu um aumento de 223,0%, enquanto a de pastos plantados cresceu 23,0%.

¹³ A expansão da área cultivada é constatada pelas seguintes variações relativas: Microrregião n.º 344 (lavoura permanente: 71,0%; lavoura temporária: 123,0%; pastos plantados: 80,0%).

¹⁴ Nas Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados e na Pastoril de Campo Grande o valor da lavoura atinge, respectivamente, 43,8% e 52,6% do valor da produção agropecuária.

cou-se que nas Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados ocorreu, nesse período, um aumento do contingente de pessoal ocupado na agricultura, enquanto na Pastoral de Campo Grande deu-se uma redução. Apesar desses diferentes quadros, no que diz respeito à absorção de mão-de-obra, observa-se que há uma tendência comum a essas áreas de Mato Grosso do Sul, que é a expansão do emprego de assalariados permanentes. A intensificação da utilização de trabalhadores assalariados relaciona-se às características da atividade agrícola em moldes empresariais que vem sendo praticada nessa região, palco de muitos investimentos de sulistas e paulistas que aí adquirem grandes propriedades em áreas de campo cerrado. A chegada desses produtores que inovaram quanto à utilização de solos, ao efetuarem o plantio de cultivos temporários em áreas que, até então, tinham como finalidade básica a criação bovina, trouxe, naturalmente, profundas transformações nas características do emprego da mão-de-obra na agricultura. Assim, reduz-se, de 1970 para 1975, a participação do trabalho familiar, em função de um processo de concentração fundiária e de modernização das técnicas, e surge como tendência mais acentuada o emprego de trabalhadores permanentes. Constituído-se, de modo geral, no segmento de força de trabalho mais qualificado, os empregados permanentes se associam a esses empreendimentos modernos que se instalam nessa área de Mato Grosso do Sul.

Ainda nessa mesma categorização, quanto às transformações da mão-de-obra, inclui-se uma extensa área do norte do Espírito Santo, a Microrregião Baixada Espírito-Santense (n.º 205) (Mapa 1). Zona

de ação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, implantado no início da década de 70, tem apresentado expansão da pecuária bovina, ainda que com características de um sistema pouco melhorado, pois foram os pastos naturais que acusaram as maiores incorporações de áreas¹⁵. Tal fato pode ser decorrente da exploração da madeira, quando, então, as áreas de mata dariam lugar à formação de pastos espontâneos. A importância do trabalho permanente que vem apresentando uma variação relativa positiva pode estar relacionada a essa atividade de extração madeireira, bem como à expansão da pecuária (Tabela 1).

Resultante da heterogeneidade das formas de relações de produção integrantes do sistema capitalista, têm-se, áreas em que, paralelamente à redução da participação do trabalho familiar, verifica-se uma expansão, em 1975, de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, como é o caso da parceria. Em São Paulo, essa situação ocorre apenas na MRH de Nova Alta Paulista (n.º 239), onde a importância da lavoura poderia ser apontada como fator responsável pela crescente adoção da parceria (Mapa 2). Apesar de ter-se verificado uma redução da área ocupada com lavouras temporárias, nesse período, essa microrregião ainda mantém uma posição de destaque no Estado quanto à produção de cultivos anuais. Por outro lado, a lavoura permanente, tendo o café como seu principal representante, vem apresentando expansão de sua área¹⁶. É ele, dentre os produtos agrícolas, o mais importante quanto à área ocupada. Assim, o crescimento da parceria pode estar ligado, não só à expansão dos cafeeiros, como também à própria expressão

¹⁵ A expansão da área em pastagens naturais nessa Microrregião foi de 82,8%.

¹⁶ O crescimento da área em lavoura permanente foi de 8,8%.

que a lavoura temporária ainda ostenta nessa microrregião.

No Paraná, verifica-se que essa relação de trabalho alcança maior expressão, simultaneamente com o declínio da importância do trabalho familiar, nas Microrregiões Norte Novo de Apucarana (n.º 284) e Norte Novíssimo de Umuarama (n.º 285), que se distinguiram pela expansão de superfícies em pastagens, o que vem sugerir que a parceria esteja sendo empregada mais frequentemente na pecuária, onde os parceiros empregados, recrutados para a formação de pastos, teriam como remuneração porcentagem da produção dos cultivos temporários que antecedem as pastagens¹⁷.

Com pequena expressão espacial, situam-se as áreas, onde, concomitantemente com a menor participação do trabalho familiar, alterou-se pouco significativamente a participação das demais categorias de mão-de-obra (Mapa 2). Cabe observar que, apesar dessa redução do trabalho familiar, verifica-se que este segmento de força de trabalho abrange, tanto em 1970 quanto em 1975, porcentagens muito significativas no total do pessoal ocupado na atividade agrícola, que variam de 84,0% a 94,0%. Embora se tenha verificado, nas microrregiões que se enquadram nesse tipo, crescimento no total do contingente de pessoal ocupado na agricultura, não se observaram transformações significativas quanto à posição que ocupavam as demais categorias de trabalhadores num e noutro ano (Tabela 1). Nesse caso, inclui-se a Microrregião paranaense Colonial do Irati (n.º 276) e as Microrregiões do Rio

Grande do Sul: Litoral Oriental da Lagoa dos Patos (n.º 318) e Colonial das Missões (n.º 323) (Mapa 2). Uma vez que era na força de trabalho familiar que se concentrava, nos anos em estudo, a grande maioria dos trabalhadores agrícolas dessas áreas, as demais categorias de pessoal ocupado possuíam importância muito reduzida. Assim, torna-se necessário, sobretudo, compreender o sentido da forte predominância nessas áreas do regime de trabalho familiar.

A grande concentração de estabelecimentos de pequenas dimensões (menos de 20 ha), que de modo geral participam com mais de 60% do número total de estabelecimentos, é uma das características das áreas consideradas, o que concorre para que seja elevada a participação do trabalho familiar. Assim, a redução da participação deste contingente de mão-de-obra no conjunto da força de trabalho, apesar de não ser acentuada, pode ser entendida através da diminuição, no período de 1970 a 1975, desses pequenos estabelecimentos nas áreas de Missões e Irati¹⁸. Regiões coloniais antigas vêm sofrendo, de alguma forma, uma reorganização em sua estrutura fundiária. De um lado, reduz-se o número de pequenas unidades de exploração, o que tem dado origem à saída de população do campo, e de outro, aumenta o número de estabelecimentos de maiores dimensões. Paralelamente, percebe-se um aumento tanto das áreas em lavoura temporária, quanto das pastagens plantadas, o que expressa uma tendência ao desenvolvimento da pecuária¹⁹.

¹⁷ Nas Microrregiões n.º 284 e n.º 285 a expansão das pastagens plantadas foi da ordem de 19,8% e 58,0%, respectivamente.

¹⁸ Nas Microrregiões Colonial do Irati e Colonial das Missões a redução do número de estabelecimentos com área inferior a 20ha foi de 37,9% e 17,3%, respectivamente.

¹⁹ A expansão da lavoura temporária é expressiva principalmente na Microrregião Colonial das Missões, onde se verificou um crescimento de 35,7% das áreas com esse uso da terra. Quanto às áreas com pastagens plantadas, constata-se nas Microrregiões Colonial do Irati e Colonial das Missões uma variação de 68,0% e 72,4%, respectivamente.

TABELA 1

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

a) Redução da participação dos responsáveis e membros não remunerados da família — 1970-1975

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Total		Variação relativa	Responsáveis e membros não remunerados da família		Variação relativa	Empregados permanentes		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Espírito Santo									
Baixada Espírito-Santense.....	50 150	49 826	- 0,65	38 839	34 498	-11,18	4 536	7 032	55,03
São Paulo									
Médio São José dos Dourados...	16 520	11 440	-30,75	13 956	7 805	-44,07	1 354	2 493	84,12
Média Araraçuense.....	37 433	38 403	2,59	17 996	15 926	-11,50	9 355	10 991	17,49
Alta Paulista.....	68 434	57 881	-15,42	36 054	25 183	-30,15	20 147	20 277	0,65
Jundiá.....	17 135	17 114	- 0,12	9 644	8 877	- 7,95	4 413	5 270	19,42
Vale do Paraíba Paulista.....	37 019	36 935	- 0,23	19 455	16 915	-13,06	12 694	15 048	18,54
Grande São Paulo.....	40 494	42 007	3,74	26 561	25 813	- 2,82	10 284	11 790	14,64
Nova Alta Paulista.....	102 800	81 184	-21,03	80 347	52 118	-35,13	8 402	10 443	24,29
Alta Sorocabana de Presidente Prudente.....	88 669	86 895	- 2,00	72 879	59 276	-18,67	6 488	10 613	63,58
Alta Sorocabana de Assis.....	36 602	40 562	10,82	28 119	22 862	-18,70	4 535	8 623	90,14
Divisor Turvo-Grande.....	11 043	8 874	-19,64	5 980	3 932	-34,25	2 259	2 152	-4,74
Alta Mogiana.....	20 602	22 744	10,40	10 530	8 396	-20,27	6 653	8 713	30,96
Açucareira de Piracicaba.....	27 050	25 460	- 5,88	13 585	10 356	-23,77	7 901	8 365	5,87
Bragança Paulista.....	23 992	24 977	4,11	16 476	14 678	-10,91	4 612	5 604	21,51
Paraná									
Norte Novo de Londrina.....	158 703	131 828	-16,93	92 222	57 243	-37,93	30 787	42 055	36,60
Norte Novíssimo de Paranavai...	80 142	79 038	- 1,38	64 951	48 353	-25,55	8 959	16 669	86,06
Norte Novo de Apucarana.....	150 084	148 338	- 1,16	129 790	122 797	- 5,39	8 612	10 482	21,71
Norte Novíssimo de Umuarama..	223 219	208 271	- 6,70	204 303	167 058	-18,23	8 212	12 654	54,09
Campo Mourão.....	194 593	180 663	- 7,16	169 206	146 246	-13,57	9 394	12 196	29,83
Extremo Oeste Paranaense.....	309 372	370 564	19,78	289 017	332 424	15,02	6 702	11 080	65,32
Campos de Guarapuava.....	51 231	56 014	9,34	46 481	46 667	0,40	2 290	3 725	62,66
Campos de Lapa.....	21 374	25 303	18,38	18 869	20 948	11,02	982	1 370	39,51
Curitiba.....	50 436	53 232	5,54	46 194	44 555	- 3,55	1 734	2 206	27,22
Alto Ivai.....	45 335	52 026	14,76	42 020	45 797	8,99	902	1 465	62,42
Norte Novo de Maringá.....	67 090	70 713	5,40	58 271	45 023	-22,74	5 301	11 562	118,11
Colonial do Irati.....	51 866	51 516	- 0,67	48 758	47 194	- 3,21	829	1 108	33,66
Santa Catarina									
Planalto de Canoinhas.....	54 219	58 824	8,49	47 678	47 346	- 0,70	1 725	2 469	43,13
Rio Grande do Sul									
Porto Alegre.....	32 666	33 164	1,52	25 629	26 643	- 3,70	4 166	4 803	15,29
Litoral Oriental da Lagoa dos Patos.....	19 109	23 553	23,26	16 533	19 795	19,73	1 374	1 877	36,61
Colonial das Missões.....	61 482	77 006	25,25	55 756	68 166	22,26	2 247	3 933	75,03
Mato Grosso do Sul									
Pastoral de Campo Grande.....	30 218	28 957	- 4,17	22 307	16 538	-25,86	3 738	8 012	114,34
Campos de Vacaria e Meta de Dourados.....	108 294	124 329	14,81	96 251	100 552	4,47	5 782	12 357	113,71

TABELA 1

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

a) Redução da participação dos responsáveis e membros não remunerados da família — 1970-1975

(conclusão)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Empregados temporários		Variação relativa	Parceiros		Variação relativa	Outra condição		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Espírito Santo									
Baixada Espírito-Santense.....	2 470	3 158	27,85	3 181	4 769	49,92	1 124	369	-67,17
São Paulo									
Médio São José dos Dourados...	937	657	-29,88	227	477	110,13	46	8	-82,61
Média Araraquense.....	4 590	4 785	4,25	5 306	6 431	21,20	186	270	45,16
Alta Paulista.....	9 584	8 456	-11,77	2 347	3 359	43,12	302	606	100,66
Jundiá.....	1 451	1 473	1,52	1 413	1 399	- 0,99	214	95	-55,61
Vale do Paraíba Paulista.....	4 431	4 406	- 0,56	110	92	16,36	329	474	44,07
Grande São Paulo.....	3 201	3 937	22,99	193	211	9,33	255	256	0,39
Nova Alta Paulista.....	13 101	7 985	-39,05	792	10 054	1 169,44	158	584	269,62
Alta Sorocabana de Presidente Prudente.....	8 233	15 787	91,75	379	269	-29,02	690	950	37,68
Alta Sorocabana de Assis.....	3 378	8 294	145,53	329	313	- 4,86	241	470	95,02
Divisor Turvo-Grande.....	2 142	2 484	15,97	599	110	-81,64	63	196	211,11
Alta Mogiana.....	3 135	5 307	69,28	250	20	-92,00	34	308	805,88
Açucareira de Piracicaba.....	4 978	6 213	24,81	418	461	10,29	168	65	-61,31
Bragança Paulista.....	2 129	3 460	62,52	633	490	-22,59	142	745	424,65
Paraná									
Norte Novo de Londrina.....	23 423	16 040	-31,52	11 209	15 789	40,86	1 062	701	-33,99
Norte Novíssimo de Paranavai...	5 516	8 234	49,27	539	5 358	894,06	177	424	139,55
Norte Novo de Apucarana.....	10 120	7 072	-30,12	1 081	7 850	626,18	481	137	-71,52
Norte Novíssimo de Umuarama..	9 434	13 782	46,09	443	14 018	3 064,33	827	759	-8,22
Campo Mourão.....	14 530	19 499	34,20	881	2 271	157,78	582	451	-22,51
Extremo Oeste Paranaense.....	8 254	21 412	159,41	3 407	4 593	34,81	1 992	1 055	-47,04
Campos de Guarapuava.....	2 389	5 425	127,08	9	45	400,00	62	152	145,16
Campos de Lapa.....	1 351	2 895	114,29	72	18	-75,00	100	72	-28,00
Curitiba.....	2 279	6 286	175,82	33	44	33,33	196	141	-28,06
Alto Ivaí.....	2 250	4 469	98,62	81	69	-14,81	82	226	175,61
Norte Novo de Maringá.....	3 211	9 979	210,78	277	3 753	1 254,87	30	396	1 220,00
Colonial do Irati.....	2 059	3 006	45,99	103	81	-21,36	117	127	8,55
Santa Catarina									
Planalto de Canoinhas.....	4 586	8 793	91,74	151	153	1,32	79	63	-20,25
Rio Grande do Sul									
Porto Alegre.....	1 450	2 167	49,45	301	457	51,83	120	94	-21,67
Litoral Oriental da Lagoa dos Patos.....	884	1 333	50,79	209	372	77,99	109	176	61,47
Colonial das Missões.....	2 883	4 239	47,03	427	373	-12,65	169	295	-74,56
Mato Grosso do Sul									
Pastoril de Campo Grande.....	3 376	4 136	22,51	569	70	-87,70	228	201	-11,84
Campos de Vacaria e Mata de Dourados.....	5 540	10 623	91,75	366	201	-45,08	355	596	67,89

FONTE: IBGE — Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

Esse contingente de mão-de-obra familiar é composto principalmente de pequenos proprietários e ocupantes. Estes últimos, sobretudo em áreas menos dinâmicas quanto ao desenvolvimento das forças produtivas na atividade agrícola, participam de forma mais expressiva no conjunto dos produtores rurais e até acusam aumento, como ocorre na área do Litoral Oriental da Lagoa dos Patos²⁰. Essa expansão dos ocupantes é acompanhada de um crescimento do número de pequenos estabelecimentos²¹. Por se tratar de uma área de restingas, a presença de solos de má qualidade não constitui fator de atração para a realização de investimentos na atividade agrícola, o que favoreceria a ocupação de terras por posseiros.

A redução de importância do trabalho familiar assume grande relevo nessa área que se destacou pela maior incorporação de técnicas modernas ao processo de produção agrícola, haja visto ter sido essa a transformação predominante nesse conjunto de microrregiões. As inovações técnicas e a intensificação de seu uso no processo de produção agrícola trouxeram alterações na organização do quadro agrário, que afetaram as características da mão-de-obra na atividade agrícola. Nesse sentido, a modernização técnica e a concentração fundiária situam-se como os fatores que contribuíram mais diretamente para a redução do trabalho familiar e para a expansão concomitante das relações de trabalho assalariadas. Além desses fatores há que considerar também a influência de alterações no uso da terra, que condicionaram, frequentemente, certas transformações nas características do pessoal

ocupado. Apesar de se tratar de uma área onde é marcante a superioridade da mão-de-obra familiar em relação às demais categorias de pessoal ocupado, percebe-se, no período de 1970 a 1975, a tendência à sua redução.

2.2 — Relativa estabilidade quanto à composição da mão-de-obra rural

As microrregiões que se caracterizam por manter, em certa medida, as mesmas características da composição da mão-de-obra, em 1970 e 1975, destacam-se por formar um conjunto de unidades de observação que se apresentam de forma bastante contínua no espaço. Esse conjunto estende-se desde o sudoeste do Paraná, abrange quase a totalidade do Estado de Santa Catarina e alcança o Rio Grande do Sul, onde engloba microrregiões do litoral norte, do Planalto Meridional, do vale do Jacuí e do Alto Uruguai. Além dessa área, verificaram-se também ocorrências isoladas nos Estados do Paraná, São Paulo e Pará (Mapa 2).

Apesar desta região se distinguir por conservar, de certa forma, as mesmas características quanto à distribuição das categorias de pessoal ocupado na agricultura, expressa situações diferentes quanto à variação do total da força de trabalho nas diversas microrregiões. Tal situação deve-se ao fato de que as transformações que vêm se processando na agricultura dessas unidades de observação, quer quanto à estrutura fundiária, quanto ao uso da terra ou quanto às técnicas utilizadas nessa atividade, não chegaram a afetar, significativamente, as relações de

²⁰ Na Microrregião Litoral Oriental da Lagoa dos Patos o número de produtores ocupantes sofreu uma variação de 35,3%.

²¹ Foi da ordem de 11,6% o aumento do número de estabelecimentos com área inferior a 20ha.

trabalho no campo. Neste sentido, não se observou uma realocação das diversas categorias de trabalhadores, mas se constatou, sobretudo, como repercussão dessas transformações na agricultura, um aumento do contingente de pessoas envolvidas na atividade agrícola.

Destacam-se, quanto à expansão do número de trabalhadores na agricultura, grupos de microrregiões que se estendem pelo sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina, Alto Vale do Uruguai, no Rio Grande do Sul, como também no Planalto Meridional rio-grandense e vale do Jacuí (Tabela 2). Analisando-se a distribuição dessas áreas, no contexto da região que se caracterizou por apresentar os mais elevados níveis quanto à incorporação de técnicas modernas à atividade agrícola, observa-se que há uma certa coincidência entre microrregiões que se apresentaram nos níveis mais elevados, quanto ao crescimento do pessoal ocupado na agricultura, e áreas de relativa estabilidade, quanto às características da composição da mão-de-obra.

Essa expansão do pessoal ocupado relaciona-se à dinamização que a agricultura vem sofrendo nessas regiões, onde os produtos de alto valor comercial vêm tendo suas áreas ampliadas, passando a ocupar, muitas vezes, áreas anteriormente utilizadas com pastagens.

As microrregiões pertencentes a essa área em análise caracterizam-se, todas elas, pela importância do trabalho familiar, que chega a atingir participações superiores a 90,0%, em 2/3 das unidades de observação que a integram, tanto em 1970, quanto em 1975. A dinamização que vem se processando na atividade agrícola, observada não só pela maior adoção de mecanização e utilização de insumos modernos, como também pela expansão das áreas utilizadas com lavouras temporárias e pastagens

plantadas, tem atuado no sentido de intensificar a ida para a região de pessoas voltadas para a atividade agrícola. Sendo essa área tradicionalmente de característica colonial, essas alterações não chegaram a afetar a composição da mão-de-obra rural, que tem no grupo de responsáveis e membros não remunerados da família seu mais importante segmento de força de trabalho.

Apesar da manutenção das mesmas características quanto à participação das diversas categorias de pessoal ocupado, em 1970 e em 1975, no total da força de trabalho, ao se analisarem as variações relativas ocorridas nesse mesmo período, percebe-se que foram as categorias de trabalho não regidas pelo assalariamento, como a de parceria e a de responsáveis e membros não remunerados da família, que acusaram elevadas variações relativas num maior número de microrregiões. Porém, observa-se que essa expansão de formas de relações de trabalho não tipicamente capitalistas ocorre concomitantemente com a expansão do assalariamento. Assim, num número significativo de microrregiões se dá, ao lado do aumento da parceria e do trabalho familiar, o crescimento do número de trabalhadores assalariados temporários e permanentes (Tabela 2). Tal fato pode expressar algumas das transformações que vem sofrendo essa área.

A redução do número e área de estabelecimentos de tamanho inferior a 100 ha em grande parte das microrregiões, enquanto se dá um aumento das superfícies ocupadas com aqueles de maiores dimensões, isto é, com área acima de 1.000 ha, no período de 1970 a 1975, expressa uma concentração de terras nas mãos de um menor número de produtores. Na realidade, paralelamente à redução dos pequenos estabelecimentos, tem-se observado uma diminuição do número de

TABELA 2

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

b) Situação de relativa estabilidade — 1970-1975

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO									
	Total		Variação relativa	Responsáveis e membros não remunerados da família		Variação relativa	Empregados permanentes		Variação relativa	
	1970	1975		1970	1975		1970	1975		
ará										
Salgado.....	52 901	69 216	30,84	48 660	64 644	32,85	307	571	85,99	
São Paulo										
Rio Claro.....	14 643	14 662	0,13	8 864	9 038	1,96	3 770	3 875	2,79	
Paranapiacaba.....	44 559	53 411	19,87	30 746	36 542	18,85	3 575	5 030	40,70	
Paraná										
Norte Velho de Venceslau Brás...	66 058	73 732	11,62	56 700	62 590	10,39	3 527	5 131	45,43	
Sudoeste Paranaense.....	195 330	242 807	24,31	186 275	227 368	22,06	2 266	4 147	83,01	
Médio Iguaçú.....	37 668	38 601	2,48	34 130	34 539	1,20	1 665	1 878	18,80	
Santa Catarina										
Colonial de Joinville.....	30 825	27 833	-9,71	29 275	26 373	-9,91	664	857	29,07	
Colonial de Blumenau.....	61 735	67 517	9,37	59 025	65 388	10,78	1 120	1 055	-5,80	
Colonial do Itajaí do Norte....	17 251	22 653	31,31	16 776	21 742	29,60	170	170	0,00	
Carbonífera.....	52 751	61 995	17,52	50 277	58 815	16,98	498	765	53,61	
Litoral Sul Catarinense.....	28 697	33 127	15,44	26 203	30 449	16,20	255	434	70,20	
Colonial do Sul Catarinense....	26 562	31 743	19,51	23 762	28 737	20,94	460	301	-34,57	
Campos de Curitibaanos.....	45 206	49 335	9,13	38 070	42 009	10,35	2 210	2 505	13,48	
Colonial do Rio do Peixe.....	106 502	105 374	-1,06	100 284	98 612	-1,67	2 662	3 986	49,74	
Colonial do Oeste Catarinense..	184 712	222 474	20,44	177 835	215 229	21,03	1 866	2 721	45,82	
Florianópolis.....	22 680	21 701	-4,32	21 008	20 491	-2,46	567	600	5,82	
Rio Grande do Sul										
Colonial da Encosta da Serra Geral.....	68 879	73 554	6,79	66 354	70 228	5,84	1 229	1 474	19,93	
Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul.....	44 053	52 105	18,28	40 733	47 964	17,75	1 205	1 472	22,16	
Vinicultura de Caxias do Sul...	64 789	72 535	11,96	60 533	69 095	14,14	1 526	1 875	22,87	
Colonial do Alto Taquari.....	57 567	83 549	45,13	55 623	81 292	46,15	516	650	25,97	
Colonial do Baixo Taquari.....	68 799	88 610	28,80	66 516	85 601	28,69	682	899	31,82	
Fumicultura de Santa Cruz do Sul.....	91 900	133 638	45,42	84 264	123 885	47,02	1 679	1 655	-1,43	
Vale do Jacuí.....	55 714	79 243	42,23	47 849	68 222	42,58	4 063	4 759	17,13	
Colonial de Santa Rosa.....	158 057	201 079	27,22	152 396	191 852	25,89	1 697	1 713	0,94	
Colonial do Iraí.....	124 632	170 623	36,90	118 084	163 923	38,82	1 591	1 858	16,78	
Colonial de Erechim.....	119 795	162 562	35,70	115 266	156 936	36,15	1 811	2 053	13,36	
Colonial de Ijuí.....	29 976	38 474	28,35	27 720	35 514	28,12	856	1 559	82,13	
Colonial do Alto Jacuí.....	13 606	17 986	32,19	11 958	16 049	34,21	554	1 098	98,19	
Soledade.....	36 641	39 891	8,87	34 191	36 937	8,03	540	1 345	149,07	

TABELA 2

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

b) Situação de relativa estabilidade — 1970-1975

(conclusão)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Empregados temporários		Variação relativa	Parceiros		Variação relativa	Outra condição		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Pará									
Salgado.....	3 137	3 781	20,53	114	141	23,68	683	79	-88,43
São Paulo									
Rio Claro.....	1 544	1 420	-3,03	212	210	-0,94	253	119	-52,96
Paranapiacaba.....	7 741	9 395	21,33	2 392	2 192	-8,36	105	251	139,05
Paraná									
Norte Velho de Venceslau Brás..	4 096	4 305	5,10	1 246	1 464	17,50	489	242	-50,51
Sudoeste Paranaense.....	4 160	9 982	139,95	874	738	-15,56	1 755	572	-63,73
Médio Iguacu.....	1 363	1 911	40,21	34	49	44,12	476	124	-73,95
Santa Catarina									
Colonial de Joinville.....	762	466	-38,85	70	98	40,00	54	39	-27,78
Colonial de Blumenau.....	1 380	939	-31,96	103	47	-54,37	107	86	-17,76
Colonial do Itajaí do Norte.....	285	730	156,14	14	2	-85,71	6	9	50,00
Carbonífera.....	1 418	1 929	36,04	395	380	-3,80	163	106	-34,97
Litoral Sul Catarinense.....	1 835	1 963	6,98	351	249	-29,06	53	32	-39,62
Colonial do Sul Catarinense.....	2 127	2 168	1,93	150	313	108,67	63	224	255,56
Campos de Curitiba.....	4 653	4 587	-1,42	98	96	-2,04	173	138	-20,23
Colonial do Rio do Peixe.....	2 357	2 421	2,72	689	237	-65,60	510	118	-76,86
Colonial do Oeste Catarinense..	3 591	3 013	-16,10	901	955	5,99	519	556	7,13
Florianópolis.....	886	556	-37,25	89	40	-55,06	130	14	-89,23
Rio Grande do Sul									
Colonial da Encosta da Serra Geral.....	635	1 111	74,96	466	488	4,72	195	253	29,74
Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul.....	1 659	2 438	46,96	286	107	-62,59	170	124	-27,06
Vinicultura de Caxias do Sul..	2 317	959	-58,61	174	362	108,05	239	244	2,09
Colonial do Alto Taquari.....	1 145	1 421	24,10	86	124	44,19	197	62	-68,53
Colonial do Baixo Taquari.....	703	958	36,27	810	837	3,33	88	315	257,95
Fumicultura de Santa Cruz do Sul.....	3 228	5 358	65,99	2 518	2 345	-6,87	211	395	87,20
Vale do Jacuí.....	2 337	4 481	91,74	1 215	1 196	-1,56	250	585	134,06
Colonial de Santa Rosa.....	2 747	5 965	117,15	1 081	1 170	8,23	136	379	178,68
Colonial do Iraí.....	3 505	3 941	12,44	934	585	-37,37	518	316	-39,00
Colonial de Erechim.....	2 068	2 996	44,87	408	330	-19,12	242	247	2,07
Colonial de Ijuí.....	803	1 020	27,02	457	284	-37,86	140	97	-30,71
Colonial do Alto Jacuí.....	817	732	-10,40	248	80	-67,74	29	27	-6,90
Soledade.....	1 647	1 451	-11,90	217	119	-45,16	46	39	-15,22

FONTES: IBGE — Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

produtores proprietários, ao mesmo tempo em que se percebe uma tendência à expansão das áreas exploradas por esses produtores. Essas variações, que vêm refletir mudanças na distribuição dos estabelecimentos rurais, podem ser responsáveis por alterações nas relações de trabalho. Assim, a tendência observada à redução dos pequenos estabelecimentos, tendo em vista a realização de explorações agrícolas em escala comercial, que se caracterizam por maiores investimentos em máquinas e insumos modernos, pode estar relacionada à maior adoção de empregados em regime de assalariamento. Sabe-se que esta modalidade de trabalho, permitindo maximizar a taxa de lucros das explorações, é a mais adequada ao tipo de agricultura, de caráter empresarial, que vem se estruturando nessas áreas do sul do País.

Em algumas microrregiões a expansão verificada no número de unidades de exploração dirigidas por ocupantes parece ser responsável pelo aumento do trabalho familiar, já que os posseiros, por ocuparem em geral áreas mais restritas e por sua menor disponibilidade de recursos, tendem a se valer basicamente da força de trabalho familiar. Assim, verificou-se que, principalmente em microrregiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, há uma correspondência entre variações relativas positivas do número de estabelecimentos explorados por ocupantes e variações positivas referentes ao número de pessoas ocupadas em regime de trabalho familiar. Em Santa Catarina é sobretudo na parte leste que se concentram as áreas que foram

ocupadas por um maior número de posseiros no período de 1970 a 1975²². A faixa litorânea, que compreende áreas de solos de pior qualidade, e, portanto, menos disputados para a atividade agrícola, propicia essa forma de apropriação da terra. No Rio Grande do Sul verifica-se que, nessa área caracterizada por uma relativa estabilidade quanto à composição da mão-de-obra, não há, com exceção apenas de uma Microrregião, Cólônia de Ijuí (n.º 327), áreas que tenham se destacado por apresentarem variações positivas muito significativas quanto ao número de estabelecimentos explorados por ocupantes²³. Desta maneira, a expansão do trabalho familiar pode ter sua explicação, não só no crescimento das explorações dos ocupantes, mas, sobretudo, no aumento das explorações realizadas por parceiros, que se verificou em áreas como as do vale do Taquari e Alto Uruguai.

De modo geral, percebe-se que nessa área em estudo tem se verificado um aumento expressivo do número e área de estabelecimentos cujos responsáveis por sua exploração são parceiros. Na realidade, foi esta categoria de produtor rural a que acusou variações positivas mais significativas num maior número de microrregiões, que se apresentam bastante concentradas no Rio Grande do Sul. Nesse Estado a expansão desse regime de exploração tem se dado de forma generalizada, no âmbito da área em questão, pois tal situação é observada tanto em microrregiões do litoral, quanto do Planalto Meridional e Alto Uruguai.

²² Nesse sentido, a Carbonífera é o melhor exemplo, em Santa Catarina, de expansão do número de estabelecimentos explorados por ocupantes (82,5%). Nessa mesma Microrregião verificou-se, também, um aumento do contingente de responsáveis e membros não remunerados da família (16,9%).

²³ Nessa Microrregião a variação relativa do número de estabelecimentos explorados por ocupantes foi de 35,4%, enquanto a do contingente de trabalhadores em regime familiar foi da ordem de 28,1%.

Além da expansão de parceiros produtores (parceiros autônomos), que estaria contribuindo para que o trabalho familiar, que já é dominante nessa área em questão, tivesse um aumento em grande parte das microrregiões, no período de 1970 a 1975, tem-se um crescimento do número de parceiros empregados, conforme já assinalado (Tabela 2). Essa relação de trabalho é freqüentemente utilizada mesmo em áreas onde as transformações da agricultura, em face da expansão da penetração do capitalismo no campo, são marcantes. A manutenção da parceria se dá em função de uma série de vantagens que o emprego dessa modalidade de trabalho oferece, como, por exemplo, a divisão, entre o empresário e o parceiro, de eventuais prejuízos com perdas de produção.

A maior adoção dessa relação de trabalho faz-se acompanhar de um crescimento das áreas em pastagens e em lavoura, principalmente da temporária, pois a permanente apresenta-se em expansão apenas em algumas microrregiões. Os parceiros, além de serem empregados na atividade de lavoura, são também contratados freqüentemente para a formação de pastagens, recebendo, neste caso, participação nos produtos que tenham cultivado enquanto se ocupavam em realizar aquela tarefa.

A ocupação da terra em moldes coloniais, que é característica em grande número de unidades de observação dessa área em análise, parece ser um fator importante a influenciar a manutenção de praticamente a mesma estrutura quanto à composição da mão-de-obra rural em 1970 e 1975. As transformações técnicas, no que diz respeito à maior utilização de máquinas e insumos modernos na atividade agrícola, não foram capazes de atuar no sentido de provocar uma realocação das diversas categorias de pessoal ocupado na

agricultura. Da mesma forma, as alterações que se processaram na estrutura fundiária no regime de exploração e no uso da terra tiveram como conseqüências principais, no que se refere à mão-de-obra rural, o crescimento do total do contingente de trabalhadores, verificando-se o aumento, tanto de formas de relações de trabalho não assalariadas (responsáveis e membros não remunerados da família e parceiros), quanto de formas assalariadas (permanentes e temporários). Assim, a tese de que a expansão do capitalismo no campo se dá através da preservação ou expansão de relações de produção não tipicamente capitalistas pode ser comprovada, ao se estudar essa área do sul do País.

2.3 — Aumento da participação do trabalho assalariado permanente

A análise das variações do total de pessoal ocupado na agricultura, para o conjunto de microrregiões que se caracterizou pela expansão do trabalho assalariado permanente, no período 1970-1975, revelou que, em grande parte dessas unidades de observação, deu-se uma redução do contingente de pessoal ocupado na agricultura (Tabela 3). Tal situação se refere sobretudo às microrregiões de São Paulo e se vincula ao processo de modernização, que, nesse Estado, tem alcançado proporções superiores às das demais Unidades da Federação. Muitas dessas áreas destacaram-se no passado pela importância da atividade agrícola, baseada fortemente no cultivo do café. A mudança para uma outra atividade, a pecuária, que, ao contrário do café, era poupadora de mão-de-obra, resultou na liberação de trabalhadores rurais em grandes proporções. Apesar da retomada da atividade de lavoura, devido aos incentivos que lhe têm sido dirigidos, não tem havido solicitação de

mão-de-obra que corresponda a essa expansão da lavoura. Assim é que no intervalo de tempo de 1970 a 1975, em que se verifica maior emprego de técnicas modernas na agricultura, simultaneamente com a incorporação de áreas à atividade de lavoura, constata-se redução no total do contingente de força de trabalho. Tal situação revela o caráter da atividade agrícola cada vez menos absorvedor de mão-de-obra, devido à mecanização e utilização de técnicas e insumos modernos, que reduzem, substancialmente, as necessidades de trabalhadores nas diferentes fases do processo de produção agrícola.

Por outro lado, num menor número de microrregiões observou-se um crescimento do total de pessoal ocupado na agricultura, nesse mesmo período, ainda que de forma não muito acentuada (Tabela 3). Torna-se interessante observar que o aumento do contingente de trabalhadores faz-se acompanhar também da expansão de áreas de lavoura, mas supõe-se que essa situação se relacione, sobretudo, ao nível de modernização menos intenso da atividade agrícola dessas microrregiões, responsável por essa maior solicitação de mão-de-obra. Apesar de algumas delas se localizarem em São Paulo, que se caracteriza por desenvolver uma agricultura mais modernizada, esse aumento do número de trabalhadores ocorre também em áreas do sul de Minas Gerais e de Goiás, assim como em Alagoas (Tabela 3).

Num contexto em que as unidades de observação se caracterizam, sobretudo, pela redução do contingente de trabalhadores na agricultura, tem-se como tendência comum a maior participação da categoria de empregados assalariados permanentes no total da força de trabalho, que, em termos de suas variações absolutas e relati-

vas, no período de 1970 a 1975, apresentou, de fato, aumentos acentuados em praticamente todo esse conjunto de microrregiões (Tabela 3 e Mapa 2).

Esse aumento do contingente de trabalhadores assalariados permanentes, numa região que se caracterizou pelas maiores incorporações de técnicas modernas à atividade agrícola, merece reflexão, na medida em que é sobretudo ao aumento do número de trabalhadores temporários que normalmente se vinculam práticas agrícolas modernas. Sabe-se que o empregado permanente, em regiões onde a expansão da agricultura vem se dando em moldes empresariais modernos, tende a ser absorvido apenas em pequeno número pelas unidades produtivas, em geral para funções mais especializadas. Assim sendo, a maior parte dos trabalhos agrícolas seria realizada por trabalhadores temporários, contratados nos períodos de maior necessidade de mão-de-obra para realizar tarefas específicas. Entretanto, os dados relativos ao pessoal ocupado nas atividades agrícolas, em 1970 e 1975, revelaram que, num conjunto de microrregiões que se destacou pela maior utilização de técnicas modernas na atividade agrícola, foram os empregados permanentes os que passaram a apresentar maior participação no total da força de trabalho. Esta situação se torna mais estranha, quando se observa que são sobretudo microrregiões do Estado de São Paulo, onde a proletarianização do trabalhador rural é fenômeno de proporções já bem conhecidas, que se incluem nessa categoria quanto às transformações nas relações de trabalho. Diante de tal fato é-se levado a crer que essa maior participação dos assalariados permanentes se deva, em gran-

TABELA 3

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

c) Aumento da participação de empregados permanentes — 1970-1975

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Total		Variação relativa	Responsáveis e membros não remunerados da família		Variação relativa	Empregados permanentes		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Pernambuco									
Mata Seca Pernambucana.....	77 194	72 240	-6,42	38 334	35 539	-7,29	21 373	22 303	4,35
Alagoas									
Mata Alagoana.....	83 771	81 423	-2,80	41 411	37 912	-8,45	20 360	30 822	51,39
Tabuleiros de São Miguel dos Campos.....	16 965	26 907	58,60	6 355	9 052	42,44	4 266	9 010	111,20
Maceió.....	7 921	9 489	19,80	2 445	2 192	-10,35	3 056	5 237	71,37
Minas Gerais									
Furnas.....	77 460	87 823	13,38	41 975	44 014	4,86	15 898	25 918	63,03
Uberaba.....	15 310	14 560	-4,90	7 152	6 091	-14,84	2 995	4 288	43,17
Mogiana Mineira.....	48 788	48 295	-1,01	28 832	27 486	-4,67	11 244	13 562	20,62
Rio de Janeiro									
Rio de Janeiro.....	259 841	278 564	7,21	162 653	174 689	7,40	49 546	56 521	14,03
São Paulo									
Planalto de Franca.....	16 060	15 911	-0,93	7 480	5 644	-24,55	5 134	6 933	35,04
Divisor São José dos Dourados- Tietê.....	24 934	18 711	-24,96	16 700	12 737	-23,73	3 263	3 495	7,11
São José do Rio Preto.....	34 160	30 707	-10,11	20 914	19 345	-7,50	4 818	7 150	48,40
Ribeirão Preto.....	29 088	30 540	4,99	9 660	8 650	-10,46	11 650	14 705	26,22
Serra de Batatais.....	14 111	17 146	21,51	5 375	7 107	32,22	4 914	7 015	42,76
Bauru.....	49 744	48 850	-1,80	23 208	19 802	-14,68	15 952	20 781	30,27
Araraquara.....	40 495	45 913	13,38	18 385	16 057	-12,66	12 422	19 040	53,28
Jaú.....	21 884	22 183	1,37	10 689	8 962	-16,16	6 178	8 724	41,21
Campinas.....	51 601	48 181	-6,63	24 857	22 774	-8,38	13 227	15 409	16,50
Estâncias Hidrominerais Paulistas.....	23 643	21 703	-8,21	12 401	10 268	-17,20	5 168	6 758	30,77
Serra de Botucatu.....	44 583	37 786	-15,25	24 521	19 556	-20,25	12 627	12 855	2,04
Sorocaba.....	28 707	27 510	-4,17	16 036	14 132	-11,87	7 887	9 384	18,98
Baixada do Ribeira.....	26 828	23 350	-12,96	18 162	16 260	-10,47	3 836	4 352	13,45
Paraná									
Norte Velho de Jacarezinho.....	100 975	87 207	-13,64	59 197	48 423	-18,20	28 358	27 619	-2,61
Santa Catarina									
Litoral de Itajaí.....	8 859	7 056	-20,35	7 960	6 102	23,34	349	727	108,31
Rio Grande do Sul									
Triticultura de Cruz Alta.....	44 740	61 523	37,51	37 714	50 868	34,88	3 129	6 319	101,95
Goiás									
Serra do Caiapó.....	29 060	39 110	34,58	16 521	19 762	19,62	3 451	7 588	119,88
Distrito Federal.....	7 284	8 582	17,82	5 393	6 169	14,39	1 160	1 810	56,03

TABELA 3

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

c) Aumento da participação de empregados permanentes — 1970-1975

(conclusão)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Empregados temporários		Variação relativa	Parceiros		Variação relativa	Outra condição		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Pernambuco									
Mata Seca Pernambucana.....	17 365	14 176	-18,36	12	29	141,67	110	193	75,45
Alagoas									
Mata Alagoana.....	19 407	12 194	-37,17	160	136	-15,00	2 433	359	-85,24
Tabuleiros de São Miguel dos Campos.....	5 573	8 804	57,98	481	—	-100,00	290	41	-85,86
Maceió.....	2 406	2 054	-14,63	5	4	-20,00	9	2	-77,78
Minas Gerais									
Furnas.....	12 982	15 193	16,94	5 965	2 237	-82,50	630	461	-26,83
Uberaba.....	4 101	3 717	-9,36	946	362	-61,73	116	102	-12,07
Mojiana Mineira.....	5 158	5 843	13,28	3 437	1 012	-70,56	117	392	235,04
Rio de Janeiro									
Rio de Janeiro.....	29 710	36 054	21,35	14 754	9 530	-35,41	3 178	1 770	-44,30
São Paulo									
Pianalto de Franca.....	2 165	3 107	43,51	1 131	220	-80,55	150	7	-95,33
Divisor São José dos Dourados-Tietê.....	2 236	1 212	-45,80	2 521	1 240	-50,81	214	27	-87,38
São José do Rio Preto.....	2 743	1 696	-38,17	5 117	2 434	-52,43	568	82	-85,56
Ribeirão Preto.....	6 315	6 136	-2,83	1 322	581	-56,05	141	468	231,91
Serra de Batatais.....	2 641	2 359	-10,68	1 062	641	-39,64	119	24	-79,83
Bauru.....	8 788	5 845	-33,49	1 220	2 002	64,10	576	420	-27,08
Araraquara.....	6 801	7 949	16,88	2 304	2 483	7,77	583	384	-34,13
Jaú.....	4 013	3 367	-16,10	761	846	11,17	243	284	16,87
Campinas.....	9 077	6 150	-32,25	3 868	3 598	-6,98	572	250	-56,29
Estâncias Hidrominerais Paulistas.....	2 492	3 016	21,03	3 363	1 565	-53,46	219	96	-56,16
Serra de Botucatu.....	6 376	4 683	-26,55	924	464	-49,78	135	198	46,97
Sorocaba.....	3 721	3 015	-18,97	775	878	13,29	288	101	-64,93
Baixada do Ribeira.....	4 043	2 498	-38,21	614	120	-80,46	173	120	-30,64
Paraná									
Norte Velho de Jacarezinho....	9 929	10 399	4,73	3 179	569	-82,10	312	197	-36,66
Santa Catarina									
Litoral de Itajaí.....	471	206	-56,26	56	21	-62,50	23	—	-100,00
Rio Grande do Sul									
Triticultura de Cruz Alta.....	2 615	3 742	43,04	410	279	-31,95	871	315	-63,83
Goiás									
Serra do Caiapó.....	6 758	9 653	42,84	2 091	1 044	-50,07	239	1 063	344,77
Distrito Federal.....	556	558	0,36	111	35	-68,47	64	10	-84,38

FONTE: IBGE — Censos Agropecuários — 1970 e 1975.

de medida, a uma subenumeração dos empregados temporários²⁴.

Já em relação à categoria de empregados permanentes não há restrições quanto à qualidade do dado censitário. As variações de 1970 a 1975 indicam que, de fato, tem-se verificado uma expansão do trabalho assalariado permanente, que apresenta, na maior parte dessas microrregiões, incorporações muito significativas de trabalhadores. Esse crescimento do número de empregados permanentes parece associar-se à expansão das superfícies ocupadas com lavouras, já que às maiores variações positivas verificadas nas áreas com cultivos correspondem as mais elevadas variações do número de pessoas ocupadas nessa categoria. É, sobretudo, com relação à lavoura permanente que se percebe maior vinculação com essa relação de trabalho.

A essa maior importância do assalariamento permanente corresponderam reduções na participação de outras categorias de pessoal ocupado, como ocorreu, principalmente, com o trabalho familiar e também com as categorias de empregados temporários e de parceiros. Em apenas uma unidade de observação deu-se a expansão dos trabalhadores assalariados permanentes, enquanto as demais categorias mantiveram certa estabilidade quanto à composição de sua mão-de-obra rural.

Nas microrregiões que se caracterizaram pela maior participação da mão-de-obra assalariada permanentemente verifica-se que, num maior número delas, tal situação ocorre,

simultaneamente com a redução da participação do contingente de trabalho familiar (Mapa 1). Encontrando-se fortemente concentradas no Estado de São Paulo, situam-se sobretudo numa faixa que, no sentido norte-sul, se estende, de forma bastante contínua, da Microrregião Planalto de Franca (n.º 230) até a Serra de Botucatu (n.º 253). Nessas áreas o processo de expansão da atividade agrícola, em moldes empresariais, gerando a concentração de terras, através da absorção de estabelecimentos de menores dimensões, repercute diretamente sobre o contingente de mão-de-obra familiar, já que a essa categoria de pessoal ocupado estão associadas essas menores unidades de exploração.

Apesar de sua participação expressiva no total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, em 1970 e 1975, a mão-de-obra familiar vem perdendo expressão nessa área, o que se percebe através de suas variações relativas e absolutas. De fato, é esta a categoria de pessoal ocupado que revelou, num conjunto maior de microrregiões, reduções mais acentuadas quanto ao contingente de trabalhadores (Tabela 3). A alteração dessa relação de trabalho está associada a transformações importantes que fazem parte do processo de expansão do capitalismo no campo e que se referem, tanto às características da estrutura fundiária, quanto às do uso da terra e às alterações técnicas. Neste sentido, a modernização da agricultura pode conduzir a uma reorganização da estrutura fundiária, uma vez que vem alterar a escala das explora-

²⁴ O levantamento censitário, que só relaciona aqueles empregados que tenham sido contratados pelos responsáveis pelos estabelecimentos e que estivessem presentes nessas unidades de investigação na data de referência do Censo, pode ser responsável por uma situação que apresente de forma reduzida o verdadeiro contingente de trabalhadores temporários na agricultura brasileira. Como se percebe, todos aqueles trabalhadores recrutados por empreiteiros, que constituem, cada vez mais, parcela considerável da força de trabalho rural, sobretudo nessas áreas onde o processo de modernização se apresenta mais intenso, são omitidos no levantamento censitário. Este fato constitui uma séria limitação a um estudo que se proponha, a partir de dados censitários, a analisar a questão do trabalhador temporário.

ções. Assim, a mecanização das atividades agrícolas supõe um tamanho mínimo de área para que a exploração se torne economicamente viável. Tanto assim, que se verificou a redução do número de estabelecimentos rurais com área inferior a 20 ha e de 20 ha a 100 ha, enquanto se percebeu uma tendência acentuada à expansão daqueles com área superior a 100 ha. A absorção das menores unidades de exploração, num período em que se moderniza o processo de produção agrícola, revela a tendência concentradora, própria à intensificação do emprego de capital no campo.

Portanto, a modernização das técnicas agrícolas, ao alterar a escala de exploração, torna-se responsável por transformações nas relações de trabalho, como a que se manifesta na redução do contingente de trabalho familiar.

Paralelamente à maior expressão do trabalho permanente, verifica-se, num conjunto de microrregiões, não só a redução do total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, como, também, do contingente de mão-de-obra em regime de trabalho temporário (Tabela 3). Esta característica foi constatada em unidades de observação do Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, como também do Nordeste e dos Estados de Alagoas e Pernambuco. Na realidade, enquanto o número de assalariados temporários se apresenta em declínio em todas essas unidades de observação, a categoria de empregados permanentes é a única que, no período 1970-1975, revela crescimento acentuado. Esta tendência à maior absorção de empregados permanentes nos estabelecimentos rurais, que se mostrou bastante expressiva nesse curto período de tempo, pode

estar vinculada a uma forma de retenção de mão-de-obra nas unidades de exploração, nesse sentido, já que vem se processando nessas microrregiões uma redução do número de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas. Em microrregiões onde a expansão da lavoura vem sendo observada, os produtores estariam optando pela contratação de assalariados permanentes nos estabelecimentos, já que não podem contar com a oferta de mão-de-obra temporária a que possam recorrer em períodos de maior necessidade de trabalhadores.

Apesar da limitação existente em relação aos dados censitários, referentes aos trabalhadores temporários, acredita-se que essa redução da utilização de assalariados temporários possa expressar transformações que vêm ocorrendo na agricultura e que estão contribuindo para a expulsão de pessoal no campo. O que se percebe é que, após um processo de expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e de suas transformações em empregados assalariados temporários, não vêm ocorrendo, no período de 1970 a 1975, oportunidades de emprego para esse segmento da força de trabalho, que, por não ser absorvida nos estabelecimentos agrícolas, está deixando a zona rural dessas microrregiões.

A acentuada expansão das áreas em lavoura, em especial a de lavouras permanentes, nessas microrregiões que se caracterizaram pela maior participação de assalariados permanentes, tem-se apresentado como fator capaz de absorver um maior número de empregados permanentes da atividade agrícola²⁵. Esta tendência ao maior emprego de assalariados permanentes mostra-se mais evidente em áreas que se caracterizaram pela

²⁵ Essa correlação pode ser observada, por exemplo, nas Microrregiões Araraquara (SP) e Furnas (MG), onde a expansão das áreas em lavoura permanente, da ordem de 62,0% e de 89,8%, respectivamente, é acompanhada de crescimentos significativos do contingente de empregados permanentes. Em Araraquara essa variação foi de 53,3% e em Furnas de 63,0%.

redução do contingente de pessoal ocupado na agricultura, quando, então, outras categorias revelaram decréscimos acentuados nesse período. Assim é que, em algumas microrregiões de São Paulo e Minas Gerais, paralelamente ao aumento do segmento de empregados permanentes, foi a categoria de parceiros que acusou as maiores reduções em seus contingentes, no período 1970-1975 (Tabela 3). Acredita-se que em algumas dessas microrregiões, onde a lavoura vem atingindo maiores níveis de produtividade, em função do maior emprego de técnicas e insumos modernos, os produtores tenderiam a não utilizar empregados parceiros, por ser mais econômico, neste caso, o pagamento de salários. Tal situação parece ocorrer com os produtores de café, que, ao realizarem lavouras através de financiamento e tendo que atender a uma série de exigências técnicas determinadas pelo IBC, o que representa maiores custos de produção, vão dar preferência a empregados que sejam remunerados mediante um salário fixo e não àqueles que recebem porcentagem da produção.

2.4 — Aumento da participação da categoria de responsáveis e membros não remunerados da família e queda e/ou estabilidade das demais

Observou-se, como principal tendência em determinadas microrregiões, a expansão da categoria de trabalhadores em regime de trabalho familiar, enquanto as demais categorias apresentavam-se em declínio ou mantinham uma relativa estabilidade quanto às características da composição de sua mão-de-obra rural. Esse crescimento de formas de relações de trabalho não remuneradas, num contexto que se destaca pelas maiores incorporações de técnicas e insumos modernos ao processo de produção agrícola, vem revelar a maneira

desigual pela qual se expande o capitalismo no espaço rural brasileiro.

A expansão do trabalho familiar, não ocorre em microrregiões contíguas, na maioria das vezes, e não chega a caracterizar grandes segmentos espaciais. Assim, verificaram-se microrregiões incluídas nesse tipo de transformação da mão-de-obra rural em diversas Unidades da Federação: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraíba, Alagoas e Sergipe (Mapa 2).

As microrregiões dessas Unidades da Federação que se caracterizaram por apresentar, em 1975, maiores participações na categoria de responsáveis e membros não remunerados da família, no total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, revelaram, também, acentuadas incorporações de trabalhadores à sua força de trabalho rural. Uma vez que se verificou, paralelamente à expansão do grupo de responsáveis e membros não remunerados da família, uma redução dos contingentes das demais categorias de trabalhadores, percebe-se que o aumento do total de pessoal ocupado está estreitamente vinculado a esse crescimento da mão-de-obra familiar (Tabela 4).

Essa situação parece relacionar-se ao aumento do número de estabelecimentos de menores dimensões, isto é, aqueles com área inferior a 20 ha, que acusaram expansão no período em análise. Nesse sentido seriam, sobretudo, as explorações de parceiros e de ocupantes as que estariam contribuindo mais para o incremento do contingente de trabalho familiar, uma vez que esses produtores se caracterizam por estarem na direção dos trabalhos de suas unidades de produção e por se valerem da ajuda dos membros de suas famílias. Apesar de ter-se observado um aumento do número de estabelecimentos explorados por parceiros e

TABELA 4

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

d) Aumento da participação de responsáveis e membros não remunerados da família — 1970-1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Total		Variação relativa	Responsáveis e membros não remunerados da família		Variação relativa	Empregados permanentes		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Paraíba									
Litoral Paraibano.....	50 087	64 947	29,67	39 184	56 382	43,89	3 322	3 507	5,57
Alagoas									
Arapiraca.....	101 521	99 174	-2,31	88 655	90 634	2,23	3 895	2 143	-44,98
Sergipe									
Cotinguiba.....	20 280	20 978	3,44	11 522	15 721	36,44	4 334	2 595	-40,12
Minas Gerais									
Belo Horizonte.....	22 651	28 299	24,93	11 869	18 821	58,57	4 008	5 121	27,77
Bacia do Manhuaçu.....	71 298	72 125	1,16	41 971	46 097	9,83	5 242	8 818	68,22
São Paulo									
Campos de Itapetininga.....	42 530	47 692	12,14	31 675	37 818	19,39	4 165	4 741	13,83
Paraná									
Campos de Jaguaraiava.....	13 559	15 296	12,81	8 866	11 389	28,46	2 982	1 440	-51,38
Alto Rio Negro Paranaense....	17 219	14 908	-13,42	15 316	13 779	-10,04	152	372	144,74
Santa Catarina									
Colonial do Alto Itajaí.....	51 276	63 682	24,16	46 208	61 433	32,95	1 840	620	-66,30
Colonial Serrana Catarinense...	30 800	36 037	17,00	28 748	34 861	21,26	607	307	-49,42
Rio Grande do Sul									
Passo Fundo.....	53 768	68 696	27,26	47 846	62 674	30,99	2 666	3 600	35,03

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Empregados temporários		Variação relativa	Parceiros		Variação relativa	Outra condição		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Paraíba									
Litoral Paraibano.....	7 065	4 875	-31,00	25	60	140,00	491	123	-74,95
Alagoas									
Arapiraca.....	8 448	5 741	-32,04	25	41	64,00	498	615	23,49
Sergipe									
Cotinguiba.....	4 401	2 605	-40,81	4	2	-50,00	19	55	189,47
Minas Gerais									
Belo Horizonte.....	5 031	3 513	-30,17	1 367	595	-56,47	376	249	-33,78
Bacia do Manhuaçu.....	6 703	5 086	-24,12	14 817	10 773	-27,29	2 565	1 351	-47,33
São Paulo									
Campos de Itapetininga.....	5 669	4 554	-19,67	822	397	-51,70	199	182	-8,54
Paraná									
Campos de Jaguaraiava.....	1 222	1 915	56,71	460	300	-34,78	49	252	414,29
Alto Rio Negro Paranaense....	1 335	685	-48,69	326	47	-85,58	90	25	-72,22
Santa Catarina									
Colonial do Alto Itajaí.....	2 425	1 432	-40,95	615	97	-84,23	188	80	-57,45
Colonial Serrana Catarinense...	1 262	794	-37,08	118	47	-60,17	65	28	-56,92
Rio Grande do Sul									
Passo Fundo.....	2 506	1 948	-22,27	491	375	-23,63	259	99	-61,78

FONTE: IBGE — Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

por ocupantes, verificou-se, também, que estes produtores passaram a explorar menores áreas. Assim sendo, os proprietários continuariam a se utilizar da parceria, pelas vantagens que esse sistema oferece, mas estariam, cada vez mais, cedendo aos parceiros menores superfícies para serem exploradas. Num quadro de expansão da atividade de lavoura, evidenciado não só pela ampliação das áreas cultivadas, sobretudo com produtos temporários, como também pela incorporação de técnicas modernas à atividade agrícola, passam a predominar, principalmente em termos de área, as explorações a cargo dos próprios proprietários ou as de arrendatários capitalistas.

A redução das áreas exploradas por ocupantes vem expressar uma tendência já bem conhecida na agricultura brasileira, que é a da restrição à ocupação como uma das vias de acesso à terra. Embora o número de ocupantes tenha se expandido, diminuem suas oportunidades de encontrar áreas a serem ocupadas, pois, sobretudo no centro-sul do Brasil, cada vez mais as terras se encontram apropriadas pelo capital.

A variação positiva do número de estabelecimentos explorados por proprietários e por arrendatários, verificada no período de 1970 a 1975, não se apresentando de forma muito acentuada, não parece contribuir de maneira significativa para o crescimento da força de trabalho familiar. Além disso, as explorações de proprietários e de arrendatários não se encontram vinculadas ao trabalho familiar da mesma maneira que as de ocupantes e as de pequenos arrendatários.

A preservação e a expansão de formas de relações de trabalho não assalariadas, como é o caso da mão-de-obra familiar, significam que nessas microrregiões a acumulação de capital estaria se dando, menos através da apropriação do

produtor direto e introdução de relações de trabalho assalariadas do que da subordinação da pequena produção. Entretanto, como as microrregiões que se enquadram nessa situação, quanto às transformações nas características de sua força de trabalho rural, não constituem segmentos espaciais expressivos, e se inserem em regiões que se diferenciam entre si, supõe-se que os fatores que contribuem para que em determinada microrregião seja a mão-de-obra familiar a relação de trabalho privilegiada também possam variar de uma área para outra. Assim, acredita-se que a importância verificada quanto à utilização do trabalho familiar e a tendência à expansão que este apresentou, no período em análise, possam resultar da injunção de diversos fatores, que podem variar de acordo com características econômicas, sociais e políticas dos espaços em que se inserem.

2.5 — Aumento da participação do trabalho assalariado temporário

Uma das tendências importantes que têm-se delineado, quanto à composição do pessoal ocupado na agricultura, e que se manteve, no período 1970-1975, foi a expressão que os empregados em regime de assalariamento temporário adquiriram em algumas microrregiões que integram o conjunto de unidades de observação que se caracterizou pelos níveis mais elevados quanto ao emprego de técnicas modernas no processo de produção agrícola. Essas microrregiões apresentaram-se concentradas no Rio Grande do Sul, em vastas áreas de sua porção meridional. Em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro verificaram-se algumas ocorrências isoladas (Mapa 2).

A maior utilização dessa categoria de trabalhadores rurais muito se relaciona com o processo de expansão do capital na atividade agrícola, que tende a separar os

trabalhadores dos meios de produção, isto é, a transformar a maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores assalariados.

Essa maior participação dos empregados assalariados temporários no conjunto da força de trabalho rural dessas microrregiões ocorreu concomitantemente com um crescimento significativo do total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas (Tabela 5). Tal situação parece se relacionar à incorporação de espaços dedicados a essas atividades que se dá de forma bastante expressiva, de 1970 a 1975, nessas microrregiões que se caracterizaram pela maior participação dos assalariados temporários. É, sobretudo, a expansão de áreas de lavouras que parece ser responsável por esse incremento do contingente de mão-de-obra rural. Nesse processo de ampliação dos espaços cultivados ocorreram alterações na base técnica de produção, capazes de afetar, não só a estrutura fundiária, como também as características dos produtores rurais e das relações de trabalho.

Ao se transformarem as características do processo de produção agrícola, altera-se a escala de exploração, uma vez que aumenta o tamanho mínimo em que esta pode se efetuar de maneira rentável. Neste sentido, observa-se uma concentração de terras que se traduz pela redução do número de estabelecimentos menores e pela expansão da área daqueles de maiores dimensões.

A intensificação da utilização de máquinas contribui, juntamente com um maior emprego de fertilizantes e defensivos, para acentuar a variação das exigências de mão-de-obra durante o ciclo produtivo dos cultivos.

A mecanização, ao atingir as fases de preparo do solo, plantio e

tratos culturais, nas quais havia a participação grande de mão-de-obra residente nos estabelecimentos, substitui a força de trabalho permanente pela temporária. Nesse processo, ocorre uma mudança de caráter qualitativo, no que diz respeito à mão-de-obra, pois os trabalhadores permanentes que são mantidos pelos produtores passam a ser aqueles de maior qualificação.

Na fase da colheita, os empregados temporários podem ser substituídos pelas máquinas "dependendo da relação entre o custo da máquina e o salário pago por unidade de área colhida"²⁶.

O emprego de fertilizantes, ao gerar maior produtividade por unidade de área, resulta em maior exigência de mão-de-obra na colheita, que, por sua vez, em função de amadurecedores químicos, variedades precoces, mecanização parcial do carregamento, etc., tem sua duração reduzida.

Também a maior adoção de defensivos (herbicidas) tem como consequência a redução das exigências de mão-de-obra nos tratos culturais, o que resulta em maior descontinuidade da absorção de trabalhadores nessas atividades.

Além desses fatores, podem também contribuir para o aumento do caráter sazonal da ocupação da mão-de-obra a substituição de determinadas culturas, cujos métodos de cultivos se caracterizem por maior emprego de mão-de-obra, por outras, cujos sistemas sejam mais modernizados, e a especialização das atividades agrícolas que se processa de forma diferenciada no espaço rural. Em função, tanto da modernização da agricultura, quanto da especialização de atividades em certas áreas, é o trabalhador temporário aquele que melhor atende às necessidades de produção dos estabelecimentos, na

²⁶ SILVA, José Francisco Graziano da. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1980, mimeo., p. 145.

TABELA 5

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

e) Aumento da participação de empregados temporários — 1970-1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								Variação relativa
	Total		Variação relativa	Responsáveis e membros não remunerados da família		Variação relativa	Empregados permanentes		
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Minas Gerais									
Alto Paranaíba.....	28 393	33 117	16,64	19 319	20 288	5,02	2 123	4 266	100,94
Planalto Mineiro.....	80 439	87 486	8,76	54 356	52 439	-3,53	14 828	16 842	13,59
Planalto de Poços de Caldas...	26 099	28 427	8,92	17 396	17 644	1,43	4 806	5 503	14,60
Rio de Janeiro									
Açucareira de Campos.....	76 588	70 205	-8,33	47 722	42 551	-10,84	16 953	13 397	-20,88
São Paulo									
Barretos.....	13 233	16 895	27,67	8 586	6 334	-26,23	3 160	4 123	30,47
Ourinhos.....	30 485	35 960	17,96	15 574	17 019	9,28	9 037	11 704	29,51
Tatuf.....	19 061	18 310	-3,94	15 364	13 337	-13,19	1 961	2 447	24,78
Rio Grande do Sul									
Santa Maria.....	36 863	53 929	46,30	34 148	47 929	40,36	1 422	1 952	37,27
Lagoa dos Patos.....	101 259	137 547	35,84	92 292	122 868	33,13	4 480	4 928	10,00
Lagoa Mirim.....	12 627	23 262	84,22	8 504	13 159	54,74	3 371	5 502	63,22
Alto Camaquã.....	36 800	57 852	57,21	31 552	46 178	46,36	2 685	4 437	65,25
Campanha.....	66 343	96 839	45,97	41 388	58 289	40,84	17 190	23 800	38,45

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								Variação relativa
	Empregados temporários		Variação relativa	Parceiros		Variação relativa	Outra condição		
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Minas Gerais									
Alto Paranaíba.....	3 236	6 517	101,39	3 319	1 882	-43,30	396	164	-58,59
Planalto Mineiro.....	5 926	15 428	160,34	4 739	2 430	48,72	590	347	-41,19
Planalto de Poços de Caldas...	2 037	3 001	47,32	1 629	2 095	28,61	231	184	-20,35
Rio de Janeiro									
Açucareira de Campos.....	8 884	13 523	52,22	2 017	672	-66,68	1 012	62	-93,87
São Paulo									
Barretos.....	1 315	6 380	395,17	150	18	-98,00	22	40	81,82
Ourinhos.....	3 254	5 625	72,86	2 081	1 286	-38,20	539	326	-39,52
Tatuf.....	664	2 244	237,95	1 041	202	-80,60	31	80	158,06
Rio Grande do Sul									
Santa Maria.....	708	3 331	370,48	456	366	-19,74	129	351	172,09
Lagoa dos Patos.....	3 886	8 339	114,59	406	1 102	171,43	195	310	58,97
Lagoa Mirim.....	497	4 361	777,46	123	69	-43,90	132	171	29,55
Alto Camaquã.....	1 710	6 282	250,95	559	613	9,66	214	342	59,61
Campanha.....	6 673	13 499	102,29	469	414	-11,73	623	837	34,35

FONTE: IBGE — Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

medida em que possibilita suprir as necessidades de mão-de-obra dos estabelecimentos nos períodos de pico de demanda.

No conjunto de microrregiões que se caracterizaram pela maior participação de assalariados temporários, no total de sua força de trabalho, verificou-se a incorporação acentuada de espaços à atividade de lavoura, no período em questão. Tal fator parece ser responsável por alterações em certas características do quadro agrário dessas microrregiões, que se rebatem em mudanças nas relações de trabalho. Assim, paralelamente ao aumento da participação do contingente de trabalhadores assalariados, verificou-se uma redução da participação do trabalho familiar.

A expansão do trabalho assalariado temporário, ao mesmo tempo em que se restringe o contingente de mão-de-obra familiar, se deu, de forma contígua, apenas no Rio Grande do Sul, nas Microrregiões Santa Maria, Alto Camaquã e Lagoa Mirim, enquanto em São Paulo e em Minas Gerais verificaram-se ocorrências isoladas (Mapa 2).

Há que se distinguir a situação de microrregiões do Rio Grande do Sul, que apresenta algumas características diferentes daquelas verificadas em certas microrregiões dos estados do Sudeste. No Rio Grande do Sul, ocorreu, de 1970 a 1975, um elevado crescimento do total de pessoal ocupado nessas microrregiões que acusaram aumentos que variaram de 17.000 a 21.000 pessoas empregadas na atividade agrícola. Esse crescimento do número de trabalhadores relaciona-se, principalmente, ao aumento do contingente de trabalhadores em regime familiar, que é o segmento da força de trabalho que mais cresce nesse período. Entretanto, em termos de transformação na composição da mão-de-obra

é a expansão do trabalho assalariado temporário a alteração mais marcante. Considerando a redução do número de estabelecimentos com área inferior a 100 ha que se registrou nessas microrregiões, supõe-se que o trabalho familiar vem se realizando em maiores unidades produtivas. Percebe-se também que a mão-de-obra familiar parece estar mais afeta aos produtores proprietários e aos posseiros, que foram aqueles que acusaram variações positivas no período em questão.

Uma vez que se ampliam as áreas das explorações desses produtores, a mão-de-obra familiar torna-se insuficiente para realizar os trabalhos agrícolas em suas respectivas unidades produtivas. Em vista disso, seriam os trabalhadores temporários requisitados para suprir as necessidades de mão-de-obra dos estabelecimentos.

A alteração verificada no arranjo da estrutura fundiária associa-se às transformações técnicas do processo de produção agrícola que podem conduzir a um agrupamento dos estabelecimentos menores. Tal situação relaciona-se ao fato de as explorações agrícolas que visam ao desenvolvimento da lavoura em moldes empresariais, com largo emprego de capital em máquinas e insumos modernos, só se realizarem num limite mínimo de área capaz de garantir rentabilidade. Em função disso, é comum se verificar, no momento em que se expandem esses empreendimentos no campo, uma diminuição do número das menores unidades produtivas. Acentuadas incorporações de áreas para a realização de lavouras temporárias, que nessas microrregiões gaúchas se situaram entre 27.000 ha e 42.000 ha, ao mesmo tempo em que se observou a redução de áreas com lavoura permanente e também pastos naturais, refletem a intensidade com que se processaram alterações nos usos da terra.

Verificou-se, ainda, que em grande parte do Rio Grande do Sul, nas Microrregiões Campanha Gaúcha (n.º 321) e Lagoa dos Patos (n.º 317), a expansão da categoria de empregados temporários não chegou a acarretar alterações nas características da composição da mão-de-obra rural, no que se refere às demais categorias, uma vez que estas conservaram, em 1975, aproximadamente as mesmas participações que possuíam em 1970.

A característica que de imediato se destaca ao se analisarem as variações, no período 1970-1975, do total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, nessas microrregiões, foi a enorme expansão do contingente de pessoal ocupado, que se situou na faixa dos 30.000 trabalhadores (Tabela 5). Esse crescimento acentuado de trabalhadores pôde ser explicado pelo impulso sofrido pela lavoura nesse intervalo de tempo. É sobretudo a superfície utilizada com lavoura temporária que acusa as maiores incorporações de áreas. Neste sentido, destaca-se Campanha Gaúcha, por apresentar um crescimento de 165.608 ha para a realização de cultivos temporários. Essa expansão se deve aos incentivos para a produção de certos produtos para abastecer o mercado interno, como o trigo, que vieram provocar profundas transformações na atividade agrícola dessa microrregião. Assim, a lavoura de trigo, que era tradicionalmente realizada em solo de mata, passa a ocupar também espaços até então utilizados pela pecuária, ou seja, as áreas de campo.

Ainda no que se refere às microrregiões que se caracterizam pelo aumento da participação de trabalhadores temporários e pela menor participação daqueles em regime familiar, constatou-se que aquelas localizadas em São Paulo e em Minas Gerais apresentaram

situações diferentes da que se verificou no Rio Grande do Sul. Assim, não há um crescimento do total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas na mesma medida como a que se observou nas microrregiões gaúchas e o contingente de mão-de-obra familiar apresentou, não só redução em sua participação em 1975, como, também, variações absolutas negativas. Acredita-se que nessas microrregiões a expansão das áreas cultivadas não seria suficiente para atrair um número tão elevado de trabalhadores rurais, como o que se percebeu no Rio Grande do Sul, uma vez que aí o processo de produção agrícola já vem se dando como características modernas há mais tempo. Neste sentido, o crescimento do número total de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas se vincula mais à expansão dos empregados temporários que se dá simultaneamente à redução do trabalho familiar (Tabela 5). O agrupamento de menores unidades de produção, isto é, de estabelecimentos com área inferior a 100 ha, contribuindo para uma concentração de terras, estaria acarretando uma substituição de formas de relações de trabalho não assalariadas por aquelas assalariadas que tendem a ser as privilegiadas, a partir do momento em que se capitaliza a atividade agrícola.

Paralelamente à tendência de maior adoção de empregados assalariados temporários, verificou-se, também, além das situações de redução da participação do trabalho familiar e de relativa estabilidade quanto às características da composição da mão-de-obra, a menor participação de empregados permanentes. Tal situação foi constatada em Campos (n.º 213), onde a lavoura canavieira é responsável por essa crescente utilização de empregados temporários nas diferentes fases de seu ciclo produtivo. É a expansão dessa categoria de

pessoal ocupado que tem conduzido a esse aumento do contingente de mão-de-obra rural, já que se verificou um decréscimo, no período de 1970-1975, dos demais segmentos da força de trabalho (Tabela 5).

2.6 — Redução da participação do pessoal ocupado como parceiro

Uma das transformações que se verificaram nas características do pessoal ocupado nas atividades agrícolas, quando se comparam as características da composição da mão-de-obra rural em 1970, com as de 1975, foi a perda de expressão que sofreu a categoria de pessoal ocupado que compreende os trabalhadores em regime de parceria. Num período em que o setor agrícola brasileiro vem se apresentando como um importante mercado de consumo de produtos industriais — máquinas, equipamentos e insumos modernos —, alteram-se as relações de trabalho no campo. Assim, na medida em que a atividade agrícola se capitaliza, há uma tendência ao predomínio de relações de trabalho de natureza assalariada, que é a forma de remuneração que mais contribui para a acumulação de capital. É nesse sentido que se vê, em grande parte do espaço rural brasileiro, reduzir-se o contingente de pessoal ocupado como parceiro na atividade agrícola. Entretanto, o fato de ter sido constatada, em algumas situações, a preservação da parceria, mesmo em áreas de agricultura capitalizada, significa que essa relação de produção, não tipicamente capitalista, é mantida, pelas vantagens que esse sistema é capaz de oferecer²⁷.

As microrregiões que tiveram na redução da parceria a principal transformação, quanto às características da composição de sua mão-

de-obra rural, situam-se em São Paulo, Minas Gerais e Goiás (Mapa 2). Esse tipo de transformação da força de trabalho ocorre num número de unidades de observação menor que o dos demais tipos até então analisados, uma vez que foram sobretudo a menor expressão do trabalho familiar e a expansão do assalariamento as alterações mais marcantes verificadas no período 1970-1975, nessa área que se caracterizou por uma agricultura realizada em níveis mais modernos. Apesar de o maior número de microrregiões, individualizadas pela redução da parceria, apresentar-se de forma dispersa, destaca-se, por formar um segmento espacial expressivo, uma área que engloba microrregiões do sul de Goiás e Triângulo Mineiro (Mapa 2).

Analisando-se a composição da mão-de-obra rural nessas microrregiões em análise, em 1970 e 1975, verifica-se, não só a perda de expressão da categoria de parceiros, como também a redução numérica desse contingente de pessoal ocupado nas atividades agrícolas (Tabela 6). Além disso, constatou-se que a menor utilização de trabalhadores em regime de parceria vem ocorrendo ao mesmo tempo em que se intensifica o emprego da mão-de-obra assalariada, sobretudo aquela de caráter temporário (Mapa 2). Na realidade, essa foi a principal tendência verificada, quanto às transformações nas relações de trabalho nas microrregiões que acusaram decréscimos no contingente de parceiros, no período em questão. A categoria de empregados temporários, apesar de ter acusado maiores participações no total da força de trabalho, em 1975, não apresentou apenas acréscimos em seu contingente de pessoal ocupado, mas também reduções em algumas microrregiões

²⁷ Para maiores informações sobre esse assunto, ver Maria Rita Loureiro. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

TABELA 6

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

f) Redução da participação de parceiros — 1970-1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Total		Variação relativa	Responsáveis e membros não remunerados da família		Variação relativa	Empregados permanentes		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Minas Gerais									
Formiga.....	60 882	59 735	-1,88	38 596	38 041	-1,44	5 690	7 844	37,86
Uberlândia.....	44 386	47 169	6,27	19 531	23 773	21,72	4 775	9 889	107,10
São Paulo									
Depressão Periférica Setentri- onal.....	27 888	33 907	21,58	11 510	13 787	19,78	7 102	10 303	45,07
Serra do Jaboticabal.....	34 579	32 258	-6,71	16 276	15 789	-2,99	9 374	10 093	7,67
Alto Araraquarense de Fernandó- polis.....	73 661	47 795	-35,11	58 907	37 530	-36,29	5 670	4 715	-16,84
Encosta Ocidental da Mantiquei- ra Paulista.....	37 632	44 947	19,44	14 409	13 939	-3,26	14 557	20 110	38,15
Goiás									
Meia-Ponte.....	29 839	35 339	18,43	18 040	20 509	13,69	2 736	4 974	81,80
Vertente Goiana do Paranaíba..	47 569	60 754	27,74	20 642	30 148	46,05	5 241	11 439	118,26

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Empregados temporários		Variação relativa	Parceiros		Variação relativa	Outra condição		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Minas Gerais									
Formiga.....	8 452	9 363	10,78	7 554	4 299	-43,09	590	188	-68,14
Uberlândia.....	11 955	10 321	-13,67	7 166	2 718	-62,07	959	468	-51,20
São Paulo									
Depressão Periférica Setentri- onal.....	5 028	6 400	27,29	4 168	3 046	-26,92	80	371	363,75
Serra do Jaboticabal.....	5 370	4 448	-17,17	3 491	1 809	-48,18	68	119	75,00
Alto Araraquarense de Fernandó- polis.....	4 234	3 597	-15,04	4 509	1 812	-59,81	341	141	-58,65
Encosta Ocidental da Mantiquei- ra Paulista.....	4 646	7 397	59,21	3 696	994	-73,11	324	2 507	673,77
Goiás									
Meia-Ponte.....	4 458	7 136	60,07	4 376	1 865	-57,38	229	855	273,36
Vertente Goiana de Paranaíba..	15 325	16 075	4,89	5 694	2 210	-61,19	657	882	34,25

FONTE: IBGE — Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

(Tabela 6). Essa situação está vinculada à liberação de mão-de-obra, que, de modo geral, se verificou nos estabelecimentos dessas unidades de observação. Assim, conclui-se que, mesmo havendo uma diminuição do número de empregados temporários no período em questão, é essa a categoria que vem adquirindo expressão crescente no conjunto da força de trabalho.

A redução da parceria ocorreu, tanto em áreas onde tem-se verificado expansão acentuada da lavoura, como, também, naquelas onde essa atividade apresentou uma redução, em função possivelmente da expansão da pecuária, uma vez que foram as superfícies utilizadas com pastos plantados aquelas que mais cresceram no período de 1970 a 1975.

Situações em que incorporações expressivas de áreas à atividade de lavoura, sobretudo para o cultivo de produtos temporários, se dão ao lado de reduções no contingente de trabalhadores parceiros podem ser exemplificadas com o caso das Microrregiões Uberlândia (n.º 170), Vertente Goiana do Paranaíba (n.º 360) e Meia-Ponte (n.º 358)²⁸. Trata-se de áreas que têm sofrido transformações recentes no caráter de sua atividade agrícola, em função da valorização das terras e de sua maior procura por investidores procedentes de outras regiões do País. Nesse processo de expansão das áreas cultivadas, a lavoura vem sendo realizada, frequentemente, durante um período relativamente curto, quando, então, as áreas com produtos temporários passam a ser utilizadas com pastagens. Em tais condições, a parceria estaria sendo menos adotada, em função de um processo

de modernização da atividade agrícola, através do qual se intensificam os investimentos em máquinas e insumos modernos, que, aumentando a produtividade, levam o produtor a optar por uma relação de trabalho assalariada. Dessa forma, ele não se vê na contingência de repartir com o parceiro os lucros de seu empreendimento.

A menor utilização da parceria em áreas que apresentaram reduções das superfícies em cultivos temporários e aumento daquelas em pastos plantados expressa alterações nas relações de trabalho decorrentes de mudanças na utilização da terra. De fato, essa situação pode ser comprovada na Microrregião paulista Alta Araraquarense de Fernandópolis (n.º 225), que revelou reduções acentuadas em suas áreas em lavoura temporária, enquanto as de pastos formados tiveram um aumento correspondente ao dobro da redução sofrida pela área de lavoura²⁹. Em função dessa expansão da pecuária, verificou-se uma grande redução no contingente de força de trabalho, que atingiu a 25.866 trabalhadores. Nesse sentido, a substituição da atividade de lavoura pela pecuária foi, portanto, responsável por essa menor absorção de trabalhadores na atividade agrícola, em especial aquelas em regime de parceria.

Outra situação que se afigura como uma tendência, quanto às transformações da mão-de-obra rural, foi a redução dos trabalhadores em regime familiar, paralelamente à perda de expressão da parceria. Essa situação foi constatada na Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista (n.º 244), onde foram expressivas, no período de

²⁸ Nessas Microrregiões ocorreram aumentos das superfícies utilizadas com lavouras temporárias da ordem de 20 360ha, 124 202ha e 48 938ha, respectivamente.

²⁹ Enquanto as áreas em cultivos temporários sofreram reduções da ordem de 56 973ha, as de pastagens plantadas tiveram uma expansão de 112 761ha.

1970 a 1975, as incorporações de empregados ao processo de produção agrícola, na condição de assalariados, permanentes e temporários (Tabela 6).

2.7 — Redução da participação de empregados temporários

Em relação às transformações que se processaram nas características da mão-de-obra rural, no período 1970-1975, destacou-se ainda, em algumas microrregiões, a redução da participação dos empregados temporários no conjunto da força de trabalho. As microrregiões que se enquadram nessa categoria situam-se, de forma bastante dispersa, em todo o espaço que se caracterizou pelos níveis mais elevados de incorporação de tecnologia moderna ao processo de produção agrícola. Assim, verificaram-se ocorrências desse tipo em Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (Mapa 2).

Apesar de ter-se verificado nas microrregiões em questão³⁰ uma mesma tendência quanto às alterações nas relações de trabalho, ou seja, aquela que revelou a menor expressão do emprego de assalariados temporários nas atividades agrícolas, percebe-se que essas unidades de observação apresentam diferentes situações quanto às características de seu quadro agrário. Nesse sentido, encontram-se reunidas numa mesma categorização microrregiões que sofrem influências de fatores de naturezas diversas, que são, naturalmente, responsáveis por diferentes estruturas do espaço. Exemplos dessas situações são encontrados nas Microrregiões Recife e Divinópolis. Enquanto a de Recife tem na presença de uma metrópole regional o principal elemento a influenciar

a organização de seu espaço agrário, na de Divinópolis é a siderurgia a atividade que comanda a utilização da terra. Cabe observar que a Microrregião Divinópolis revela pequena expressão da lavoura e da pecuária, sendo o reflorestamento, entre as atividades primárias, aquela que vem se expandindo, em função da produção de carvão vegetal.

Essa menor expressão do emprego de trabalhadores temporários ocorre em algumas Microrregiões — Recife, Alta Noroeste de Penápolis, Algodoeira de Assaí e Campos de Ponta Grossa — paralelamente à expansão da utilização de empregados permanentes (Mapa 1). Apesar de essas unidades de observação se situarem em áreas que muito se diferenciam e sabendo-se que os fatores que estariam provocando as alterações nas relações de trabalho seriam, portanto, de naturezas diversas, verifica-se, entretanto, que há alguns elementos explicativos que são comuns a essas microrregiões. Verificou-se assim que, na maior parte dessas unidades de observação, há uma certa correspondência entre redução de área de lavoura e diminuição do contingente de pessoal ocupado. As microrregiões que acusaram as reduções mais significativas de áreas de lavoura foram aquelas onde também se observaram as maiores reduções do número de trabalhadores agrícolas. Esse é o caso, por exemplo, da Microrregião paulista Alta Noroeste de Penápolis (n.º 240), que chegou a acusar uma redução de 12.020 trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que se reduzia em 15.594 ha a superfície com lavouras temporárias. Nessa Microrregião, essa menor expressão da atividade de lavoura se associa a uma valorização

³⁰ As Microrregiões em questão são as seguintes: Recife (n.º 111) e Mata Úmida Pernambucana (n.º 112), em Pernambuco; Divinópolis (n.º 186), em Minas Gerais; Alta Noroeste de Penápolis (n.º 240), em São Paulo; Campos de Ponta Grossa (n.º 273) e Algodoeira de Assaí (n.º 280), no Paraná.

da pecuária, expressa através de um grande aumento da área total em pastos plantados, o que seria responsável pela liberação de mão-de-obra que ocorreu no período em análise. Nesse processo de substituição de usos da terra, que teve como consequência a menor absorção de trabalhadores pelos estabelecimentos rurais, foram os empregados temporários aqueles que sofreram, em termos de sua participação no total de pessoal ocupado em 1970 e 1975, as maiores reduções enquanto se verificava uma expansão da categoria de empregados permanentes. Pode-se, em certa medida, atribuir esse aumento dos trabalhadores em regime de assalariamento permanente ao incremento da criação bovina, embora se saiba ser essa atividade poupadora de mão-de-obra, principalmente ao se verificar que as variações absolutas desse contingente não foram muito acentuadas, situando-se em torno de 800 trabalhadores.

Noutras microrregiões, o que se observou foram aumentos acentuados da área ocupada com lavouras temporárias, ao mesmo tempo em que o contingente de pessoal ocupado também acusava variações positivas. Entretanto, essas Microrregiões — Recife (n.º 111) e Campos de Ponta Grossa (n.º 273) — não se situaram em níveis muito elevados, quanto às variações do total de pessoal ocupado, o que se supõe estar relacionado ao grau de modernização técnica empregado na atividade de lavoura (Tabela 7). O maior emprego de máquinas e insumos modernos seria responsável, nessas situações, por crescimentos pouco significativos do contingente de mão-de-obra. Verifica-se ainda que esse aumento do total de pessoal ocupado se deve

ao maior emprego de trabalhadores permanentes, uma vez que foi essa a única categoria a apresentar crescimento (Tabela 7). De fato, a utilização de assalariados permanentes pode se intensificar, em função da expansão da lavoura em moldes modernos, já que esse tipo de mão-de-obra se caracteriza por um maior nível de qualificação, o que vem corresponder às exigências dessa lavoura.

Comparando-se a composição do pessoal ocupado na atividade agrícola em 1970 com a de 1975, verificou-se que, em algumas microrregiões, além de se registrar em 1975 uma participação dos empregados temporários inferior à de 1970, observa-se, ao mesmo tempo, participações mais elevadas do trabalho familiar (Mapa 2). Entretanto, ao se analisar as variações desse contingente de trabalhadores rurais, percebe-se que ocorreram, nesse período, reduções nessa categoria de pessoal ocupado, que acompanharam os acentuados decréscimos apresentados pelo total da mão-de-obra (Tabela 7). A esse decréscimo do contingente de trabalhadores em regime familiar se associa, tanto uma diminuição do número de estabelecimentos com menos de 20 ha, registrada no período 1970-1975, quanto a menor ocorrência de explorações realizadas por arrendatários, parceiros e ocupantes³¹. A redução do número de estabelecimentos explorados por esses produtores rurais vem acarretar essa diminuição do contingente de mão-de-obra familiar, uma vez que essas categorias de produtores rurais estão vinculadas, frequentemente, ao trabalho familiar.

A maior participação alcançada, em 1975, pelo grupo de pessoal ocupado nas atividades agrícolas

³¹ Essa situação pode ser exemplificada com o caso da Microrregião Alta Araraquarense de Fernandópolis, onde se observaram, paralelamente à redução de 20,0% no número de estabelecimentos com área inferior a 20ha, diminuições de 53,2% no número de estabelecimentos explorados por arrendatários, 13,7% no de parceiros e 17,5% no de ocupantes.

TABELA 7

Principais alterações nas categorias de pessoal ocupado na agricultura, por categoria, segundo as Unidades da Federação e as microrregiões

g) Redução da participação de empregados temporários — 1970-1975

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Total		Variação relativa	Responsáveis e membros não remunerados da família		Variação relativa	Empregados permanentes		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Pernambuco									
Recife.....	22 233	23 847	7,26	10 913	12 331	12,99	5 292	8 194	54,84
Mata Úmida Pernambucana.....	105 453	88 882	-15,71	41 233	39 954	-3,10	37 540	34 617	-7,79
Minas Gerais									
Divinópolis.....	24 793	21 017	-15,23	15 568	14 778	-5,07	2 170	3 002	38,34
São Paulo									
Alta Noroeste de Penápolis....	37 021	25 001	-32,47	27 896	19 366	-30,58	3 406	4 209	23,58
Paraná									
Algodoeira de Assaí.....	36 810	31 335	-14,87	26 800	23 004	-14,16	3 809	4 619	21,27
Campos de Ponta Grossa.....	26 910	27 379	1,74	20 395	21 623	6,02	2 695	3 817	41,63
Norte Novo de Apucarana.....	150 084	148 338	-1,16	129 790	122 797	-5,39	8 612	10 482	21,71

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO								
	Empregados temporários		Variação relativa	Parceiros		Variação relativa	Outra condição		Variação relativa
	1970	1975		1970	1975		1970	1975	
Pernambuco									
Recife.....	6 000	3 297	-45,05	6	2	-66,67	22	23	4,55
Mata Úmida Pernambucana.....	26 585	11 852	-55,42	15	76	406,67	80	2 383	2 878,75
Minas Gerais									
Divinópolis.....	4 991	1 953	-60,87	1 926	1 051	-42,44	238	233	-2,10
São Paulo									
Alta Noroeste de Penápolis....	4 721	1 068	-77,38	202	117	-42,08	796	241	-30,28
Paraná									
Algodoeira de Assaí.....	5 917	3 256	-44,97	252	273	8,33	32	183	471,88
Campos de Ponta Grossa.....	3 544	1 832	-48,31	44	22	-50,00	232	85	-63,36
Norte Novo de Apucarana.....	10 120	7 072	-30,12	1 081	7 850	626,18	481	137	-71,52

FONTE: IBGE — Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

em regime de trabalho familiar, no conjunto da força de trabalho, ao mesmo tempo em que diminui a participação dos assalariados temporários, vem indicar que outras categorias apresentaram reduções ainda mais acentuadas. Nessa situação encontram-se as Microrregiões Mata Úmida Pernambucana (n.º 112) e Divinópolis (n.º 186),

que, além de se localizarem em diferentes regiões geográficas, revelam características bem diversas, no que diz respeito à importância de certos elementos que fazem parte de sua organização agrária.

A Mata Úmida Pernambucana destaca-se pela importância da lavoura, que se apresenta em expan-

são, no período em análise ³². Nessa Microrregião o crescimento acentuado da área em lavoura temporária faz-se acompanhar de uma forte redução do contingente de trabalhadores rurais, que chega a atingir a cifra de 16.579. A especialização de cultivos para a produção industrial, como a cana-de-açúcar, ao ocupar cada vez mais espaços antes reservados à lavoura de subsistência e, também, o nível técnico elevado atingido por essa lavoura vêm contribuir, tanto para a expulsão de trabalhadores residentes nos estabelecimentos rurais, quanto para a menor utilização de trabalhadores temporários. De fato, a modernização das técnicas empregadas na lavoura parece ser um dos principais fatores a influenciar a redução acentuada de trabalhadores, sobretudo dos assalariados temporários, que apresentaram, no período de 1970 a 1975, um decréscimo da ordem de 14.733 trabalhadores.

A menor absorção de pessoal ocupado nas atividades agrícolas verificada no período em análise ocorre simultaneamente à incorporação de áreas à atividade de lavoura e, também, à maior utilização de máquinas e insumos modernos ao processo de produção agrícola, o que vem demonstrar que essa liberação de mão-de-obra é decorrente da intensificação das técnicas agrícolas modernas.

Em Divinópolis, a redução do número de trabalhadores rurais parece estar relacionada ao fato, já mencionado, de que a lavoura tem-se apresentado em declínio e a pecuária, pelo que se pôde apreender pelas variações das áreas em pastagens plantadas, no período 1970-1975, não tem-se expandido em termos da área por ela ocupada. Sabendo-se que essa atividade não possui expressão econômica

nessa Microrregião, a hipótese de que ela possa estar se desenvolvendo, através de uma intensificação de seus métodos, em vez de se expandir em área, é afastada. Pode-se perceber ainda que as áreas em pastagens naturais vêm acusando redução, o que se supõe ocorrer em função da expansão do plantio de espécies vegetais voltadas para a produção de carvão, para o abastecimento das siderúrgicas instaladas nessa Microrregião e em regiões próximas. Este mesmo fato parece explicar a retração nas áreas em lavoura temporária.

O fato de ter-se verificado em apenas um pequeno número de microrregiões a menor participação dos empregados temporários, no conjunto da força de trabalho rural, revela que essa alteração nas relações de trabalho, no período intercensitário considerado, não constitui uma tendência geral das transformações da mão-de-obra. Tal situação se deu, sobretudo, em unidades de observação onde também ocorreram reduções acentuadas no contingente total de mão-de-obra ou crescimentos pouco significativos. Nesse sentido, a menor participação dos assalariados temporários estaria, portanto, menos relacionada a alterações no tipo de mão-de-obra utilizada, mas sua perda de expressão seria, principalmente, consequência da diminuição dos trabalhadores na atividade agrícola, que, como se observou, ocorreu em função da substituição de alguns usos da terra.

Entre as transformações que se processaram nas características do pessoal ocupado na atividade agrícola, nessa área que se caracterizou pelos níveis mais elevados quanto à incorporação de técnicas modernas à atividade agrícola, no período de 1970-1975, destacam-se

³² A expansão da lavoura temporária, em termos absolutos, nessa Microrregião, foi da ordem de 42.393ha, o que corresponde a um crescimento de 21,4%.

aquelas que traduzem a perda de importância de um segmento de força de trabalho não assalariado e a expansão de categorias de trabalhadores em regime de assalariamento. Nesse sentido, foi o grupo de responsáveis e membros não remunerados da família a categoria que teve, num maior número de microrregiões, sua participação reduzida no total de pessoal ocupado. Esse fato parece vincular-se a transformações nas características do processo de produção agrícola, que, ao conduzir a uma concentração fundiária, concorreria para a redução do número dos estabelecimentos de menores dimensões, onde se concentra o trabalho familiar.

Paralelamente à redução do trabalho familiar, destaca-se a maior participação de categorias de pessoal ocupado em regime de assalariamento, ou seja, a de trabalhadores permanentes e temporários,

em grande parte das microrregiões em questão. Essa transformação vem revelar uma tendência já bem conhecida, no âmbito da agricultura brasileira, que é a separação dos trabalhadores dos meios de produção, constatada, sobretudo, através da menor participação do trabalho familiar, e a proletarização do trabalhador rural, verificada pela expansão dos assalariados.

Apesar dessa tendência predominante verificam-se outras situações, no que diz respeito às alterações nas características da mão-de-obra rural, no período em estudo. Esse fato vem indicar que a expansão de capital na atividade agrícola não se faz de forma homogênea e se caracteriza, ora por eliminar determinadas relações de trabalho, ora por preservá-las, na medida em que sua eliminação ou manutenção atendam às necessidades de acumulação de capital.

SUMMARY

This paper focus the problem of technical transformations and their repercussions in the relations of work in the brazilian farming. This subject is so important, that it really constitutes one of the most relevant problems in the agrarian activities of the Country. The changes in the technical basis of the farm production system have directly affected the characteristics of people engaged in farming, causing a reduction in the group of rural workers employed in certain areas — where the degree of technical modernization is higher —, as well as giving rise to changes in the composition of the labor force in agriculture.

This article deals with the transformations of the people engaged in the brazilian farming, from 1970 to 1975, in a set of microregions stressed by the highest level of incorporation of modern techniques to the process of farm production. Following articles will present the same subject in other sets of microregions characterized by their medium and low levels of technical modernization in their farm activity. The differentiation of areas, based on their degree of modernization, began with the selection of two indicators (absolute variation of the value of agrarian machines and tools/ha of establishment, and absolute variation of costs with modern inputs/ha of establishment from 1970 to 1975), which are very important for analyses of the relations of rural workers. These analyses assert that the current transformations in the brazilian farming are reflected directly on the rural labor force and have their origin in the process of expansion of the capitalism in the field. In this sense, the article tries to verify the relations between the degree of modernization of the farm activity and the relations of work in the field.

So, among the transformations in the characteristics of people engaged in the farm activity — in the area of high levels regarding the incorporation of modern techniques to the farm activity —, should be noticed those which reflect the loss of importance of a segment of self-employed work power and the expansion of categories of wage and salary workers. In this way, it was the category of non-wage earned members of a family, in a greater number of microregions, who had its participation reduced in the set of rural labor force. At the same time, it is stressed the greater participation of categories of wage and salary workers, that is, of permanent and temporary workers, which reveals a trend in the brazilian farming — that of the dissociation of the workers from the means of production. Despite this predominant trend, there are some situations, regarding the composition of the rural labor force, in the period in question, which show that the expansion of the capitalism in farming — if it doesn't occur in a homogeneous way in the brazilian rural space, it does occur sometimes eliminating certain relations of work, sometimes keeping them, to the extent that one situation or the other situation meets the needs of the accumulation of capital.

RÉSUMÉ

On étudie ici le problème des transformations techniques et ses conséquences dans les relations de travail dans l'agriculture brésilienne, sujet d'une très grande importance dans le domaine des activités agraires du Pays. Les transformations à la base technique du système de production agricole exercent une influence directe sur les caractéristiques du personnel employé à l'agriculture et provoquent une réduction du personnel employé dans les aires où le degré de modernisation technique est le plus élevé, en altérant la composition de la main-d'oeuvre utilisée pour l'élevage.

Il s'agit ici d'étudier ces altérations durant la période 1970/1975, dans un ensemble de micro-régions choisies à cause du degré le plus élevé par rapport à l'incorporation de techniques modernes au mode de production agricole. D'autres études le suivront, pour les micro-régions où la modernisation technique est au niveau moyen ou bas. La différenciation des aires par leur niveaux de modernisation a été établie à partir de la sélection de deux renseignements: la variation absolue de la valeur en machines et outils/ha et la variation absolue des frais des *inputs* modernes/ha (de 1970 à 1975). Ces deux renseignements sont considérés très importants pour l'analyse des relations de travail rural, qui partent d'une prémisses: les transformations de l'agriculture brésilienne ont une influence direct sur la main-d'oeuvre rurale et elles sont originaires du processus d'expansion du capitalisme à la campagne.

Ensuite, on vérifie les relations entre le degré de modernisation du travail agricole et les relations de travail utilisées à la campagne. Alors, il a été observé que les transformations plus importantes sont: la réduction d'une partie de la force de travail non-salarié et l'expansion de catégories de travailleurs salariés. C'est donc la catégorie de responsables et membres de la famille des travailleurs qui a eu réduite sa participation dans l'ensemble de la main-d'oeuvre rurale. Il-y-a au même temps une plus grande participation des salariés, c'est-à-dire, des travailleurs permanents et temporaires. Tout cela vient mettre à jour une tendance de séparer les travailleurs des moyens de production. Malgré cette constatation, il-y-a de situations qui montrent que l'expansion du capitalisme dans l'agriculture ne se passant pas d'une façon homogène à la campagne brésilienne, se fait ou bien en écartant quelques relations de travail, ou bien en les gardant, à mesure que l'accumulation du capital aura besoin de l'une ou de l'autre.